



*Guia Prático para a Implementação de Planos de Ação Local
Eficazes em Matéria de Energia*

CONTACTO:

AREANATejo

Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 61,
1.º esq.
7300-200 Portalegre
Telefone: +351 245 3909 084
info@areanatejo.pt

Parcerias Locais para Cidades e Regiões Mais Verdes
Guia Prático para a Implementação de Planos de Ação Locais
Eficazes em Matéria de Energia

IMPRESSÃO

Parcerias Locais para Cidades e Regiões Mais Verdes

Guia Prático para a Implementação de Planos de Ação Locais Eficazes em Matéria de Energia

Editores

Zdravko Kozinc, Veronika Valentar, Hugo Saldanha

Autores

Domingo Reig Virginia, Fotiou Afroditi, Kozinc Zdravko, Saldanha Hugo, Tournaki Stavroula, Valentar Veronika, Professor Tsoutsos Theocharis

Editora

Câmara da Agricultura e Silvicultura - Instituto de Agricultura e Silvicultura,
Maribor Vinarska ulica 14
2000 Maribor, Eslovénia

Maior 2015

Para mais informações sobre este documento e o projeto Green Partnerships, contacte a Gestora do Projeto Green Partnerships, Veronika Valentar, através do endereço eletrónico Veronika.Valentar@kmetijski-zavod.si ou do website <http://www.kmetijski-zavod.si/>

Agradecimentos

Os autores do presente Guia agradecem ao Secretariado Técnico Conjunto do Programa MED e, em particular, a todos os parceiros do projeto Green Partnerships pela sua valiosa contribuição para o conteúdo deste Guia e a todos os defensores do projeto, aos membros dos Grupos de Ação Local, aos representantes das autoridades locais que implementaram ações-piloto e a todos os que participaram em eventos locais e transnacionais que apoiaram a abordagem e permitiram que o nosso projeto alcançasse os resultados desejados.

IMPRESSÃO

Fonte de financiamento:

Este documento foi desenvolvido no âmbito do projeto Green Partnerships, financiado pelo Programa MED durante o período de financiamento 2007-2013.



Informação sobre os elementos do Projeto

O **Guia Passo a Passo** foi desenvolvido no âmbito do Pacote de Trabalho 3, Atividade 3.3: Guia Passo a Passo para uma implementação eficaz de estratégias locais em matéria de energia através da formação de parcerias locais

Parceiros do projeto

 Universidade de Agricultura de Tirana (Albânia)	 Instituto para o Ordenamento Territorial do Condado de Koprivnica-Krizevci (Croácia)
 AREANATEjo - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo (Portugal)	 Instituto de Estudos Estratégicos e Prognósticos (Montenegro)
 Agência de Energia de Podravje - Instituição para uma Utilização Sustentável da Energia (Eslovénia)	 Kyoto Club (Japão)
 GERES - Grupo Energias Renováveis, Ambiente e Solidariedades (França)	 Município de Lakatamia (Chipre)
 Ajuntament de Granollers	 Parceiro Líder: Câmara da Agricultura e Silvicultura - Instituto de Agricultura e Silvicultura de Maribor (Eslovénia)
 Instituto de Engenharia Hidráulica de Saraievo (Bósnia e Herzegovina)	 Universidade Técnica de Creta, Laboratório de Sistemas de Energia Renovável e Sustentável (Grécia)

ÍNDICE

1. Prefácio	06
2. Ponto de partida	08
2.1. Desafios e oportunidades do setor das fontes de energia renováveis (FER) e da eficiência energética (EE) para as comunidades locais	08
2.2. Abordagem Descendente <i>versus</i> Abordagem Ascendente - subjacente à Abordagem do Projeto Green Partnerships	09
3. Como usar o guia	09
3.1. Passo a Passo para Alcançar os Objetivos do PAES – Abordagem do Projeto Green Partnerships	10
4. PASSO 1 - Selecionar um problema	12
4.1. Onde começar	12
4.2. Necessidades energéticas	13
4.3. Impacto na economia local	14
4.4. Possibilidade de implementação	15
4.5. Impacto na promoção da eficiência energética (EE) e das fontes de energia renováveis (FER)	16
5. PASSO 2 – Criar um grupo de ação local (GAL)	17
5.1. O que é um GAL?	17
5.2. O papel e os objetivos do GAL	18
5.3. Formar um GAL competente	20
5.4. Operação de um GAL – Processo de consultadoria	23
5.5. Tópicos de Consultadoria/Discussão	23
5.6. Motivação e empenhamento dos membros de um GAL	23
5.7. A experiência do Projeto Green Partnerships	24
6. PASSO 3 - Plano de ação local	26
6.1. Pensar globalmente, agir localmente	27
6.2. Implementar a estratégia energética local – Como por em prática o PAESL	27
6.3. Definir o projeto	27
6.4. Aprender com os outros	28
6.5. Avaliar o potencial local	28
6.6. Avaliar soluções alternativas	28
6.7. Quantificar metas	29
6.8. Tomar medidas	29
6.9. A experiência do Projeto Green Partnerships	30
6.10. Capacitar as políticas e competências locais	32
6.11. Elementos-chave dos <i>workshops</i> e atividades de formação para o fomento das capacidades	34
7. PASSO 4 - Criação de parceria(s) local(is)	38
7.1. Criar uma Parceria Local	38
7.2. O que é uma boa parceria?	39
7.3. Dividir funções	39
7.4. Financiar oportunidades	40

ÍNDICE

8. PASSO 5 - Procedimentos de implementação_	40
8.1. Pontos de partida	40
8.2. <i>Lobbying</i> e documentação	41
8.3. Procedimentos de concursos públicos	43
9. PASSO 6 - Acompanhamento e avaliação_	43
9.1. Por que razão precisamos de atividades de avaliação e acompanhamento nos projetos de fontes de energia renováveis (FER) e de eficiência energética (EE)?	43
9.2. Método PESTAL	43
10. PASSO 7 - Aumento da sensibilização: Promoção, comunicação e divulgação_	46
10.1. O aumento da sensibilização também apresenta oportunidades	46
10.2. Ferramentas de divulgação para atividades para o aumento da sensibilização	47
11. Anexos:	50
Anexo 1: Materiais de formação	50
Anexo 2: Modelo de contrato de parceria público-privada	56

1. PREFÁCIO

Existem indícios crescentes de que as atividades humanas estão a afetar o funcionamento do sistema terrestre a tal ponto que ameaçam a capacidade de regeneração do nosso planeta. A influência humana sobre o sistema climático é evidente e as concentrações atmosféricas de gases com efeito de estufa (GEE) estão atualmente muito acima do nível máximo observado a qualquer momento durante o Holocénico. A temperatura global aumentou quase 0,7°C desde 1950, principalmente devido às emissões de CO₂ provenientes do uso de combustíveis fósseis. As alterações climáticas têm já consequências generalizadas nos sistemas humano e natural. A emissão continuada de gases com efeito de estufa continuará a provocar um aumento do aquecimento global e alterações duradouras em todos os componentes do sistema climático, aumentando a probabilidade de impactos graves, generalizados e irreversíveis para as pessoas e os ecossistemas. Os ativos e as atividades empresariais serão afetados pelo aumento das temperaturas, por condições meteorológicas extremas cada vez mais frequentes e pela subida do nível do mar. As alterações climáticas podem aumentar as vulnerabilidades já existentes e intensificar os desequilíbrios socioeconómicos, inclusivamente na Europa. A Europa Central e a Europa de Leste, juntamente com a região do Mediterrâneo, têm sido objeto de fortes impactos nas últimas décadas como resultado da diminuição das precipitações e do aumento das temperaturas, e prevê-se que estes piorem à medida que o clima continua a sofrer alterações. As cidades europeias estão também expostas a diferentes impactos das alterações climáticas, tais como vagas de calor, inundações e secas. No futuro, a contínua ocupação dos terrenos urbanos, o crescimento e a concentração da população nas cidades e o envelhecimento da população contribuirão para aumentar ainda mais a vulnerabilidade das cidades face às alterações climáticas.

Existem várias estratégias de mitigação suscetíveis de limitar o aquecimento abaixo de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais. Estas estratégias exigiriam reduções substanciais das emissões ao longo das próximas décadas. Mas a implementação de tais reduções implica desafios tecnológicos, económicos, sociais e institucionais substanciais. A limitação das alterações climáticas exige que as emissões de CO₂ devam diminuir, sem demora e acentuadamente. Devemos estar cientes de que as alterações climáticas, a segurança energética e a estabilidade económica estão estreitamente inter-relacionadas. Infelizmente, a procura energética continua a aumentar globalmente, provocando igualmente o aumento de emissões de gases com efeito de estufa provenientes do setor da energia. A tendência deverá prosseguir, impulsionada principalmente pelo crescimento económico e demográfico. As alterações climáticas apresentam desafios cada vez maiores para a produção e transporte da energia. Um aumento progressivo da temperatura, um número crescente e a gravidade dos fenómenos meteorológicos extremos e uma alteração dos padrões de precipitação afetarão a produção e distribuição da energia.

É possível alcançar reduções significativas das emissões de gases com efeito de estufa provenientes da energia através de uma diversidade de medidas. Estas incluem uma mudança para a utilização de combustíveis com um baixo teor de carbono (por exemplo, uma transição do carvão para o gás), uma melhoria da eficiência energética a nível do transporte e distribuição, um aumento da utilização das fontes de energia renováveis (FER) e uma redução da procura energética final. A nível regional, as principais opções de mitigação no setor do aprovisionamento energético são as melhorias da eficiência energética, um aumento da utilização das fontes de energia renováveis e uma transição dos combustíveis fósseis com elevadas emissões específicas de gases com efeito de estufa (por exemplo, o carvão) para combustíveis com emissões mais baixas (por exemplo, o gás natural). Há um crescente conjunto de trabalhos que demonstram que a implementação de opções de mitigação da energia pode conduzir a uma variedade de benefícios socioeconómicos conexos, tais como, por exemplo, melhorias em termos de emprego, segurança energética e saúde através de uma diminuição da poluição atmosférica e da água. Em particular, uma redução da procura nos setores de utilização final de energia não constitui apenas a estratégia-chave para a mitigação, mas pode também ajudar a alcançar objetivos de sustentabilidade mais vastos. A limitação da procura de energia tem muitas vantagens, incluindo a capacidade de manter uma ampla carteira de tecnologias energéticas e de aumentar a relação custo-benefício da transição. Isto significa que o reforço da implementação de políticas públicas locais e de estratégias relacionadas com a eficiência

1. PREFÁCIO

energética (EE) para o desenvolvimento sustentável a nível local e regional é extremamente importante.

Na prática, as comunidades desempenham um papel importante na abordagem e implementação dos objetivos para o aumento da eficiência energética e a promoção da utilização das fontes de energia renováveis. Infelizmente, as comunidades locais mais pequenas nem sempre têm capacidade para sequer lidar com o desafio da mitigação das alterações climáticas. Por conseguinte, uma implementação oportuna e eficaz depende de políticas e cooperação a todos os níveis. Projetos que estabelecem parcerias complementares no setor, sustentadas através de lógicas de projeto, apresentam uma abordagem sólida. Ajudam a permitir que todos os parceiros beneficiem das suas experiências, até à data, no setor da utilização das fontes de energia renováveis e da eficiência energética. Além disso, podem estabelecer uma plataforma para apoio especializado a nível transnacional, estabelecendo iniciativas das partes interessadas locais, empreendendo iniciativas, aumentando a sua capacidade para o planeamento e aplicação de projetos de utilização das fontes de energia renováveis e de eficiência energética. Para tais projetos, é extremamente importante que decisores de diferentes setores possam contribuir, de forma complementar, para a identificação de potencialidades para a implementação de projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética, trabalhando em conjunto através da partilha de experiências, conhecimentos e do intercâmbio de boas práticas.

Prof. Lucka Kajfež Bogataj
Universidade de Ljubljana (Eslovénia)
Faculdade de Biotécnicas

2. PONTO DE PARTIDA

2.1. Desafios e oportunidades do setor das fontes de energia renováveis (FER) e da eficiência energética (EE) para as comunidades locais

As tendências de desenvolvimento estão a mudar rapidamente e as comunidades locais estão a tornar-se recetivas a influências e mercados estrangeiros, que oferecem, por um lado, oportunidades de desenvolvimento e, por outro lado, a superação de desafios através da rentabilização de tais oportunidades. São necessárias abordagens inovadoras para identificar, desenvolver e implementar projetos sólidos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética, com um impacto social positivo, embora, por vezes, o nível de competências das diferentes partes interessadas que devem ser incluídas nestes projetos seja insuficiente e muitas oportunidades não sejam exploradas e, por vezes, nem sequer reconhecidas. Um dos casos é a aplicação efetiva dos documentos dos Planos de Ação para a Energia Sustentável (PAES), que incidem nos projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética como importante gerador de desenvolvimento socioeconómico.

Ser capaz de implementar estes projetos de um modo holístico, atendendo não somente aos aspetos tecnológicos, mas também ao seu impacto socioeconómico no ambiente local, é um desafio que muitas comunidades locais procuram arduamente alcançar acabando, consequentemente, por perder importantes oportunidades de desenvolvimento.

Como Parceiro Líder do projeto, reconhecemos a oportunidade do setor da utilização de fontes de energia renováveis e da melhoria da eficiência energética como oportunidades para as comunidades locais para que possam aproveitar plenamente os benefícios do aspeto tecnológico dos projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética e as suas potencialidades para o desenvolvimento socioeconómico.

Reconhecemos o potencial dos setores da utilização de fontes de energia renováveis e da melhoria da eficiência energética como oportunidades de desenvolvimento a nível intersectorial, o que significa que partes interessadas de diferentes setores poderão contribuir, de forma complementar, para a identificação de potencialidades para projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética e para a sua implementação, trabalhando em conjunto.

Para que isso seja possível, é necessário experiência, conhecimentos e um intercâmbio de boas práticas de uma ampla gama de ambientes, tanto quanto possível, e uma cooperação internacional entre as partes interessadas acrescenta uma nova dimensão importante para alcançar *know-how*, intercâmbio de exemplos de boas práticas e abordagens e métodos complementares no desenvolvimento empresarial que possam ser transmissíveis por toda a União Europeia. As comunidades locais mais pequenas têm, frequentemente, falta de capacidade para sequer superar este desafio, pelo que foi estabelecido uma parceria complementar para o setor, sustentada por uma lógica de projeto que permite que todos os parceiros beneficiem, de forma intersectorial, das suas experiências, até à data, no setor da utilização de fontes de energia renováveis e da melhoria da eficiência energética, através do estabelecimento de uma plataforma para apoio especializado a nível transnacional (Grupos de Trabalho de Peritos), da promoção de iniciativas de partes interessadas locais (Grupos de Ação Local), que permite, por conseguinte, aumentar a sua capacidade de planeamento e implementação de projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética com componentes socioeconómicos acentuados, bem como através da revisão da ação-piloto planeada e implementada, e que permite atualizar a abordagem do projeto Green Partnerships e sintetizá-la neste Guia Passo a Passo.

2. PONTO DE PARTIDA

2.2. A abordagem do Projeto Green Partnerships - Ascendente versus Descendente

A Abordagem do projeto Green Partnerships foi concebida para responder ao desafio – Como implementar, de maneira eficaz e eficiente, projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética definidos no Plano de Ação de Energia Sustentável e fazer desse Plano uma realidade. A Abordagem do projeto Green Partnerships seguiu o processo de desenvolvimento da abordagem ascendente, que se afasta da abordagem descendente comum, conforme demonstrado na figura 1.

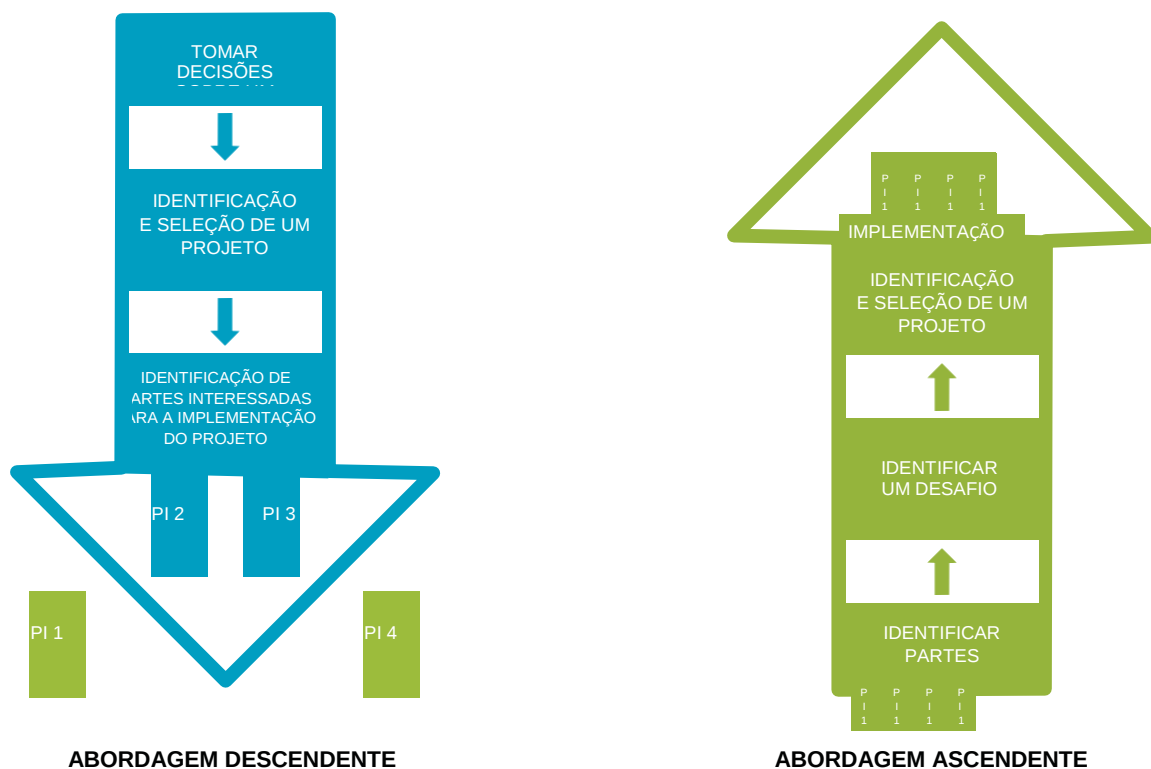


Figura 1 Abordagem Descendente versus Abordagem Ascendente (PI 1, PI 2, PI 3 e PI 4 representam stakeholders relevantes)

3. COMO USAR O GUIA

Este guia foi desenvolvido para simplificar a identificação, desenvolvimento e implementação de projetos de utilização de fontes de energia renováveis e de melhoria da eficiência energética para um melhor impacto nos ambientes locais. Não pode nem prevê todas as eventualidades, mas procura apresentar uma lógica coerente de processamento e planeamento, define metas cruciais no processo que devem ser elaboradas e métodos e princípios para esse efeito. A principal mensagem da Abordagem do projeto Green Partnerships é uma abordagem participativa/de desenvolvimento conjunto, que sustenta o argumento de que ao abordar um tema horizontal, tal como a utilização de fontes de energia renováveis e a melhoria da eficiência energética nas comunidades locais, que afeta as partes interessadas, o seu envolvimento deve fazer parte de todo o processo. Neste **Guia Passo a Passo** é explicado como tirar o máximo partido desta abordagem.

Nos capítulos seguintes, as principais etapas da Abordagem do projeto Green Partnerships serão apresentadas, explicadas e as interações entre as diferentes etapas serão indicadas. Em cada etapa do processo serão identificados os principais desafios a superar e apresentados os principais métodos e princípios para ajudar a alcançá-los.

Como documento de apoio ao **Guia Passo a Passo** existe a Publicação Final do projeto Green Partnerships em que são apresentados casos-piloto dos 11 países participantes, juntamente com relatórios adicionais sobre atividades transnacionais e nacionais/locais na implementação das 7 Etapas da Abordagem do projeto Green Partnerships. Todos os documentos podem ser transferidos da página *Web* do projeto, onde também é possível aceder a materiais de formação abrangentes e a bibliotecas públicas. Visite-nos em: www.greenpartnerships.eu

3. COMO USAR O GUIA

DESAFIO	ETAPAS	RESULTADOS
Etapa 1 - Selecionar um problema		
Selecionar um projeto que contribua mais para a comunidade local.	Analisar: necessidades energéticas, impacto na economia local, possibilidades de implementação, impacto na promoção de FER e EE.	Identificar: poupanças energéticas, oportunidades de negócios ecológicos, cadeias locais de valor acrescentado
Etapa 2 - Criar um grupo de ação local (GAL)		
Identificar as partes interessadas que podem contribuir para o planeamento e implementação do projeto.	Organizar: reuniões e intercâmbios com partes interessadas, especificar as áreas de intervenção dos projetos - objetivos, capacitação das partes interessadas para a implementação do projeto.	Partes interessadas relevantes envolvidas no GAL.
Etapa 3 - Plano de ação local		
Resumir o contributo da participação das partes interessadas (GAL) para apoiar a definição do projeto no Plano de Ação Local.	Definir, quantificar e fazer projeções para: potencial técnico, potencial socioeconómico, partes interessadas e responsabilidades respetivas.	Plano de Ação Local desenvolvido e aprovado pelas partes interessadas.
Passo 4 - Criar parceria(s) local(ais)		
Desenvolver uma parceria empenhada na implementação do projeto.	Atribuir: tarefas específicas. Confirmar: um plano financeiro detalhado. Procurar iniciativas e oportunidades similares.	Implementação da parceria formada com obrigações e responsabilidades claras.
Passo 5 - Procedimentos de implementação		
Colocar ideias na prática seguindo os procedimentos necessários.	Tratar de toda a documentação de apoio necessária. Planear de modo a ter tempo suficiente para a fase de implementação, bem como procedimentos de resolução de problemas.	Implementação do plano preparado e início da implementação das atividades do projeto.
Passo 6 - Acompanhamento e avaliação		
Observar e prever possíveis obstáculos na implementação do projeto, melhorando o processo de implementação e obter sugestões para planeamentos futuros.	Implementar o processo de acompanhamento e utilizar a informação como contributo para outros passos respetivos aquando do planeamento de outro projeto.	Melhoria dos procedimentos de implementação e sugestões para o planeamento de futuros projetos.
Passo 7 - Aumento da sensibilização: Promoção, comunicação e divulgação.		
Promover as realizações e impactos positivos de projetos implementados junto de especialistas e do público em geral.	Desenvolver um documento de comunicação e sensibilização abrangente e atividades para o fomento de capacidades.	Documento de comunicação e sensibilização de apoio para projetos de FER e ER como propulsor importante de desenvolvimento local.

4. ETAPA 1 - SELECIONAR

Que projetos de utilização das fontes de energia renováveis e de eficiência energética irão proporcionar os efeitos mais positivos para as comunidades locais?

4.1. Onde começar.

A identificação de necessidades energéticas, por um lado, e iniciativas de desenvolvimento estratégicas a nível da União Europeia, por outro lado, devem ser consideradas como oportunidades de desenvolvimento empresarial, solicitando-se a participação de partes interessadas que possam proporcionar *know-how*, tecnologias, investimento em dinheiro e a utilização complementar das tecnologias implementadas em cadeias locais de valor acrescentado.

Um Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) é o documento-chave no qual os signatários do Pacto de Autarcas descrevem como pretendem atingir a sua meta de redução da emissão de CO₂ até 2020. Define as atividades e medidas estabelecidas para atingir as metas, juntamente com os prazos estabelecidos e as responsabilidades atribuídas. Os signatários do Pacto podem escolher livremente o formato do seu PAES, contanto que este esteja conforme aos princípios gerais estabelecidos nas diretrizes para a elaboração do PAES de um Pacto.

O PAES, que consiste, nalguns países, no Plano de Energia Local ou faz parte do Plano Urbanístico, define as seguintes questões:

- Objetivo(s) e Metas
- Enquadramento atual e perspectivas futuras
- Aspectos organizacionais e financeiros:

Em alguns países (fora da União Europeia), as metas energéticas não são ambiciosas e estão limitadas pela infraestrutura pública, pelos planos de reconstrução e renovação, etc. Centrar-se nos edifícios públicos permite identificar e acompanhar o consumo de energia. Em cada país ou região, os elevados consumos de energia representam uma sobrecarga para o orçamento de estado, além disso a elevada dependência energética diminui a competitividade estatal.



Fotografia 2: Na Croácia, a estratégia energética local faz parte de um processo de planeamento urbanístico. Medidas de EE e FER são prioritárias na sua parte energética. (Fotografia: Jelena Kovac)

Aquando da escolha dos projetos a desenvolver e implementar, há vários critérios complementares que devem ser tidos em consideração. Conforme abaixo listados, apresentam, todos eles, uma situação/desafio existente no ambiente e, para explorar plenamente as medidas para enfrentar tal situação/desafio, a participação das partes interessadas é necessária, conforme demonstraremos no Passo 2.

4. ETAPA 1 - SELECIONAR



Figura 2 - Etapas básicas para a identificação da intervenção necessária

4.2. Necessidades energéticas

Os edifícios são responsáveis por 40% do consumo de energia e 36% das emissões de CO₂ na União Europeia. Enquanto os edifícios novos necessitam, geralmente, de menos de três a cinco litros de combustível de aquecimento por metro quadrado por ano, os edifícios antigos consomem, em média, cerca de 25 litros. Alguns edifícios requerem mesmo até 60 litros. Atualmente, cerca de 35% dos edifícios da União Europeia têm mais de 50 anos. Ao melhorarmos a eficiência energética dos edifícios, podemos reduzir o consumo de energia total da União Europeia até 5% a 6% e diminuir as emissões de CO₂ até cerca de 5%.¹

¹ <http://ec.europa.eu/energy/en/topics/energy-efficiency/buildings>

4. ETAPA 1 - SELECIONAR

Enquanto nas regiões europeias mais frias o consumo de energia para aquecimento é mais importante do que o consumo de energia para arrefecimento, nos países mediterrânicos a procura de energia para aquecimento e para arrefecimento é praticamente idêntica. Este facto reforça a utilização de combustíveis fósseis, bem como as necessidades elétricas dos edifícios públicos. A certificação energética para edifícios públicos fornece a quantidade de energia consumida em relação ao conforto e funcionalidade. O grau de eficiência depende de muitos fatores, incluindo:

- Clima local;
- O *design* do edifício;
- Métodos e materiais de construção;
- Sistemas instalados para fornecer aquecimento, ventilação, ar condicionado ou água quente para fins sanitários.
- Os aparelhos e equipamentos necessários para apoiar as funções do edifício e dos seus utilizadores.²



Figura 3 - Certificação energética para fins de classificação do desempenho energético dos edifícios (Fonte: <https://certificadoenergeticofuenlabrada.wordpress.com/>)

4.3. Impacto na economia local

O desenvolvimento da economia local significa valorizar as potencialidades locais, como, por exemplo, as fontes de energias renováveis locais, em conjunto com as tecnologias locais e o consumo local. Geralmente, os critérios de sustentabilidade são preenchidos quando se atinge a igualdade dos fatores sociais, económicos e ecológicos. O arranque da economia local só é possível quando a comunidade local ou região ajuda a implementar medidas básicas. O impacto na economia local resulta em fatores sociais, económicos e ecológicos, que representam, no seu conjunto, critérios de sustentabilidade.



Fotografia 4 - Em Saraievo (Bósnia e Herzegovina); foram elaborados, no âmbito do projeto Green Partnerships, estudos de viabilidade sobre a certificação energética de escolas primárias (Fotografia: Leila Jahic)

4. ETAPA 1 - SELECCIONAR

2https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/buildings_certification.pdf)

4. ETAPA 1 - SELECIONAR

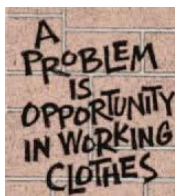


Figura 5 - O reforço da economia local Item em consideração fatores de sustentabilidade



Fotografia 4 - O fornecimento de biomassa de madeira e contratação de energia locais aumentam as potencialidades locais em Lovrenc na Pohorju - Eslovénia (Fotografia: Klemen Bizjak)

4.4. Possibilidades de implementação



Desde a ideia de base à sua implementação, são, por vezes, necessários alguns meses, e, muitas vezes, também alguns anos. A implementação dos projetos de eficiência energética e de utilização das fontes de energia renováveis tendem a ser mais dispendiosos do que os projetos relacionados com a energia convencional, o que pode constituir um problema ou uma oportunidade. Em termos de investimento financeiro, tal pode ser um problema se parte do investimento não puderem ser utilizado sob forma monetizada ou aceite pelo seu efeito positivo gerado no público. Por outro lado, uma abordagem “fora da caixa” pode ser engenhosa e, através de uma boa implementação do Passo 2,

4. ETAPA 1 - SELECIONAR

pode transformar muitos problemas em desafios e, finalmente, em oportunidades para algumas das partes interessadas.³

Uma conceção moderna da implementação do projeto de energia inclui informações importantes para os concursos públicos, o que nalguns países requer uma determinada quota de produtos locais, que ajuda a fortalecer as economias locais. No âmbito dos concursos públicos e das propostas, é possível construir uma parceria, que envolve igualmente parceiros privados e públicos. A contratação contém, geralmente, disposições sobre a duração da contratação, bem como sobre as obrigações e os direitos de todas as partes envolvidas.



Fotografia 6 - A revitalização do rio melhora a qualidade das condições bioclimáticas na cidade de Lakatamia - Chipre. A biomassa de resíduos provenientes de áreas públicas, tais como parques e corredores de água, é útil para a produção de pellets e para as necessidades de aquecimento. As parcerias estabelecidas entre os parceiros interessados mantêm um estilo de vida sustentável. (Fotografia: Katarína Kresnik)

Na conjuntura económica atual, as iniciativas de cooperação entre as autoridades públicas e as empresas privadas podem proporcionar formas eficazes para:

- Realizar projetos de infraestrutura
- Prestar serviços ao público
- Financiar inovações (contribuindo, assim, para o crescimento económico e a criação de empregos)⁴

Os projetos implementados através de parcerias público-privadas, clusters e redes temáticas contribuem para a qualidade da sua execução. Esta abordagem participativa/inclusiva também possibilita novas oportunidades de negócios às empresas e permite a criação de novos postos de trabalho.

4.5. Impacto na promoção da eficiência energética (EE) e das fontes de energia renováveis (FER)
Através da divulgação de resultados de Projetos de EE e FER ao público em geral, a importância e o

³ Imagem extraída de <https://www.cartoonstock.com>

⁴ http://ec.europa.eu/growth/single-market/public-procurement/partnerships/public-private/index_en.htm

4. ETAPA 1 - SELECIONAR

potencial destes projetos chega também mais facilmente às empresas e outras entidades/stakeholders pertencentes ao sector privado. Igualmente importantes, são as atividades de monitorização, que permitem acompanhar o progresso e a mudança na comunidade, a diversos níveis. Um bom sistema de monitorização é muito mais do que a simples recolha de dados estatísticos; este pode servir também como sistema de entrada de informações nos stakeholders acerca das medidas de EE e FER que podem ser melhoradas e adaptadas às necessidades e potencialidades da comunidade.

4. ETAPA 1 - SELECIONAR



Fotografia 7 - O Green Partnerships promove medidas de EE em escolas espanholas (Fotografia: Virgínia Domingo Reig)

5. ETAPA 2 - CRIAR UM GRUPO DE AÇÃO

Quem pode apoiar, contribuir e melhorar a qualidade dos projetos na fase de planeamento e contribuir para a qualidade e os efeitos positivos para as comunidades locais na fase de implementação?

5.1. Porquê um Grupo de Ação Local?

O envolvimento da comunidade no planeamento de energia local sustentável pode aumentar o apoio e melhorar a qualidade do desenvolvimento. Pode aumentar a sensibilização para a necessidade de energia sustentável e pode contribuir para a concretização do projeto atual. É fundamental que grupos de cidadãos e partes interessadas estejam plenamente envolvidos desde o início. Todos os atores-chave devem partilhar uma visão comum e encontrar formas de conjugar competências e outros recursos a fim de maximizar o seu impacto no cumprimento das metas do PAES.

A participação de todas as partes interessadas no processo de tomada de decisão pode reduzir conflitos e conduzir a resultados que melhor reflitam as necessidades e perspetivas dos cidadãos.⁵

É altamente improvável que o esforço de elaborar um PAES Local possa ser implementado com sucesso se não atender à aceitação do grande público. Pelo contrário, é possível obter benefícios significativos a partir de abordagens participativas genuínas, nomeadamente: chegar a um acordo quanto a questões identificadas relativamente à gestão da energia; integrar a experiência, os conhecimentos e as preocupações da comunidade no plano; minimizar ou até mesmo evitar conflitos potenciais.

Se todas as partes interessadas estiverem envolvidas, então e só então, o PAES terá hipóteses de ser realista e aceitável.



Fotografia 8 - «Sustainable Energy Communities – Practical Guide», Comissão Europeia, Direção Geral do Transporte (Fotografia: Theocharis Tsoutsos (ed))

Como é do conhecimento geral, os esforços de planeamento sustentável mais bem-sucedidos resultaram do empenho de todas as partes interessadas da comunidade. Envolver muitos atores desde o início garante que a voz de todos seja ouvida, que todas as ideias sejam tomadas em consideração e que as preocupações ou oposições sejam compreendidas e resolvidas numa fase inicial do processo.

As autoridades locais devem reconhecer o valor do consenso dos principais grupos de partes interessadas e prestar o seu apoio para um cumprimento eficaz do plano de ação local. A contribuição de um Grupo de Ação Local (GAL) para o processo de implementação de medidas da eficiência energética é fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas. Por conseguinte, o seu envolvimento ativo deve ser uma prioridade a fim de integrar as necessidades genuínas da comunidade e assegurar o maior apoio possível.



Figura 5 - Formulação e operação de um GAL

5.2. O papel e os objetivos de um GAL

O GAL procura reforçar a cooperação entre os responsáveis pelas decisões, a Câmara Municipal/autoridades públicas e as partes interessadas a nível local/regional que influenciam a eficiência energética e a utilização/integração de fontes de energia renováveis, rumo ao futuro da comunidade local onde prevaleça a Energia Sustentável.



Um GAL tem um duplo papel essencial: Proporcionar conhecimentos e apoio durante a implementação do Plano de Energia Sustentável no Município/Região respetivo(a) e garantir que todos os diferentes aspetos/considerações no seio da comunidade sejam ouvidos e tidos em conta.

Todos os membros das comunidades locais desempenham um papel-chave para enfrentar o desafio energético e climático no seio das suas autoridades locais. O envolvimento das partes interessadas, incluindo as ideias, perspetivas, experiências e expectativas do público em geral, é importante para uma implementação bem-sucedida dos projetos de energia sustentável a nível local.

Os Grupos de Ação Local são importantes pelos seguintes motivos:

- A formulação de políticas participativas é mais transparente e permite às autoridades estimular a confiança e segurança dos atores envolvidos;
- Uma decisão tomada em conjunto com muitas partes interessadas baseia-se em conhecimentos mais amplos;
- Um consenso amplo melhora a qualidade, aceitação, eficácia e legitimidade de um projeto (é, pelo menos, necessário certificar-se de que as partes interessadas não se opõem aos passos do projeto);
- O projeto em desenvolvimento poderá obter um forte apoio por parte de partes interessadas externas;
- O papel de diferentes atores pode ser reforçado através de uma abordagem “ascendente” que envolva o setor público, os consumidores e os fornecedores de energia.

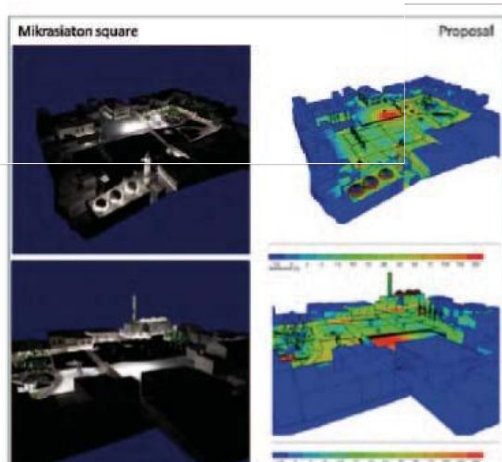
5. STEP 2 - CREATING LOCAL ACTION GROUP (LAG)



Fotografia 9 - A modernização bioclimática de espaços abertos com vista a transformação em «bairros verdes» em Rethymno (Grécia) melhora a qualidade de vida dos cidadãos e incentiva-os a utilizar os espaços públicos (Fonte: TUC)

A esfera de ação de um GAL consiste em trabalhar no sentido de atingir uma maior qualidade de vida através de um desenvolvimento local e regional sustentável. Os principais objetivos da constituição e operação de Grupos de Ação Local são:

- Proporcionar conhecimento, experiência e apoio na implementação dos projetos-piloto e garantir que todos os diferentes aspetos/considerações no seio da comunidade sejam ouvidos e tidos em conta;
- Aumentar os conhecimentos, a consciencialização e a capacidade dos principais atores e funcionários nas autoridades públicas e reforçar a implementação de políticas públicas locais e planos relacionados com a eficiência energética;
- Constituir uma base a longo prazo para uma melhor coesão a nível local que se mantenha, inclusivamente, após a consecução do projeto; este objetivo será alcançado através do aumento da capacidade dos responsáveis pelas decisões e da união dos responsáveis pelas decisões, proprietários (de terrenos, edifícios públicos), fornecedores, funcionários e utilizadores finais e cidadãos;



- Promover planos de energia renovável e de eficiência energética eficazes, criando, paralelamente, benefícios económicos para a área local, incluindo a criação de postos de trabalho e a redução de emissões de gases de efeito de estufa;
- Apoiar as autoridades para solicitar e obter financiamento através da preparação de ações concretas para atingir as metas estabelecidas até 2020;
- Contribuir para o cumprimento das obrigações nacionais estabelecidas pela União Europeia até 2020.

Fotografia 10 - Estudo de implementação de iluminação pública na cidade velha de Rethymno (Fonte: TUC)

5.3. Formar um GAL competente

A formação do GAL é fundamental para a sua operação eficiente e sustentável. Para que um projeto seja bem-sucedido, recomenda-se vivamente procurar os atores mais apropriados e envolvê-los. O primeiro passo é identificar as principais partes interessadas:

- **A quem pertencem os interesses afetados pela ação?**
- **A que pertencem as atividades que afetam a ação?**
- **Quem possui/controla a informação, recursos e experiência necessários para a formulação e implementação da estratégia?**
- **É necessária a participação/envolvimento de quem para uma implementação bem-sucedida?**

Existem vários graus de envolvimento: “**informar**” encontra-se num dos extremos, enquanto “**capacitar**” se encontra no outro. A representação das principais partes interessadas deve ser bem equilibrada. Por outro lado, um GAL deve ser flexível no processo de tomada de decisão. Pode considerar-se um GAL de 2 níveis com base na natureza e na fase de implementação de cada projeto-piloto (mais vasto na fase de iniciação/planeamento, menos vasto durante o desenvolvimento/implementação da ação). Pode optar-se por um processo de consultadoria mais amplo em função dos requisitos específicos do projeto a ser implementado.

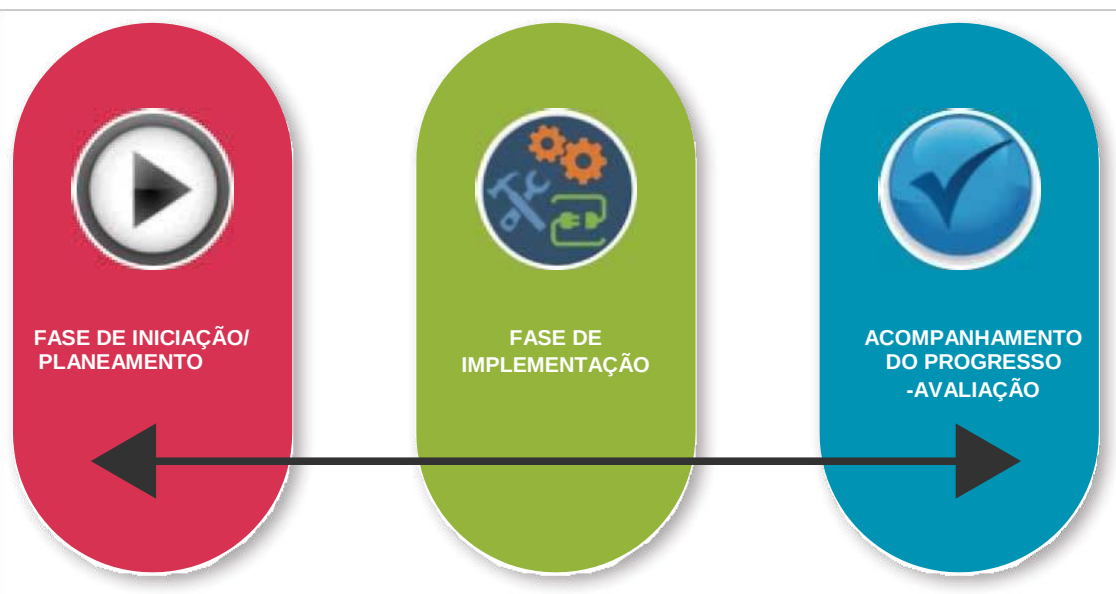


Figura 11 - Níveis de intervenção de um GAL

A natureza diferente de cada projeto de eficiência energética, os seus requisitos e o nível de impacto para os diferentes grupos de partes interessadas devem ser tidos em consideração durante a seleção dos membros apropriados do GAL. A figura 2.3 apresenta grupos de partes interessadas-chave e a Tabela 2.1 enumera um conjunto de partes interessadas potencialmente importantes a serem envolvidas nas Parcerias Locais, como membros de um GAL.



Figura 12 - Grupos de Partes Interessadas indicativos para Projetos de Energia Sustentável numa Comunidade Local.

Tabela 1 - Partes Interessadas indicativas a serem envolvidas num GAL.

Atores a serem envolvidos através dos processos de tomada de decisão e de implementação	
Atores-chave a serem envolvidos nas atividades de um GAL (Envolvimento de 1º nível)	• Decisores políticos locais/regionais - Municípios • Departamentos municipais e empresas relacionadas (serviços municipais de fornecimento de energia, transporte) • Fornecedores de tecnologia/produtos • Parceiros financeiros, tais como bancos, fundos privados, empresas de serviços de energia [internacionalmente designadas por <i>Energy Service Companies</i> ou ESCO], instituições de caridade • Partes interessadas institucionais como câmaras de comércio, ordens de arquitetos e engenheiros • Agências de energia • Pessoas conhecedoras (peritos, consultores, etc.) • Representantes do grupo de utilizadores finais, que serão diretamente afetados pelas medidas de eficiência energética planeadas • Quando pertinente, representantes de administrações nacionais/regionais e/ou municípios vizinhos, a fim de assegurar uma coordenação e consistência com os planos/ações que ocorrem a outros níveis de decisão

Atores a seres considerados em função dos campos específicos de ação:

Atores com quem elaborar os planos de FER

- Entidades reguladoras da eletricidade e Autoridades responsáveis pelas redes - Serviços
- Fornecedores de tecnologia de FER Associações de instaladores de FER
- Instituições de investigação; Pessoas conhecedoras (por exemplo, peritos, consultores)
- Associações/grupos de proprietários de edifícios/terrenos; Proprietários de terrenos (por exemplo, públicos, igreja, etc.)
- Organizações agrícolas;
- Partes interessadas institucionais como associações de engenheiros, instaladores
- Empresas de serviços de energia

Atores com quem desenvolver os planos de Eficiência Energética

No setor da construção:

- Companhias de construção civil, empreiteiros
- Arquitetos e engenheiros
- Fornecedores de tecnologia/produtos
- Empresas de serviços de energia (ESCO)
- Associações de instaladores
- Associação de proprietários de edifícios; grupos de setores empresariais
- Institutos de investigação, especialistas em aplicações de EE;

No setor industrial:

- Serviços, incluindo empresas distritais de aquecimento
- Fabricantes
- Empresas de serviços de energia (ESCO)

No setor dos transportes (se aplicável para os projetos-piloto do Green Partnerships):

- Responsáveis pelo planeamento da mobilidade
- Intervenientes a nível de transporte/mobilidade: empresas de transporte privadas/públicas
- Organizações de ciclismo
- Transportadoras de mercadorias/Associações
- Fabricantes de veículos automóveis
- Fornecedores de energia

Atores importantes que devam ser informados e que devem proporcionar informações de *feedback* e o seu consentimento

Utilizadores Finais e Comunidades Locais

- Cidadãos/associações de consumidores; grupos de Cidadãos Voluntários
- Organizações não-governamentais e outros representantes da sociedade civil
- Gestores de edifícios; Funcionários de edifícios; utilizadores de edifícios; Agências de energia locais e regionais
- Câmaras de Comércio, associações de PME, Comunidades escolares (professores, alunos) Representantes da Imprensa
- Representantes do setor do turismo (sempre que este setor apresentar uma importância fundamental)

5.4. Operação de um GAL – Processo de consultadoria

As atividades dos membros de um GAL podem envolver:

- Identificação de prioridades do plano energético e desenvolvimento de projetos para atender às necessidades locais;
- Contribuição para a preparação dos planos passo a passo locais;
- Preparação de soluções técnicas para a realização dos projetos-piloto e apoiar a sua implementação;
- Apoiar as atividades para fomento de capacidades a nível municipal;
- Identificação de formas/instrumentos eficazes para aumentar a sensibilização do público e divulgar os resultados dos projetos (equipa local de voluntários?)
- Acompanhar e avaliar o progresso dos projetos-piloto, a capitalização dos resultados do projeto;
- Contribuir para a melhoria da estratégia energética local.

5.5. Consultadoria/Tópicos de Discussão

Qual será a ordem de trabalhos durante as reuniões do GAL? Deve ser bem orientada para que as reuniões sejam produtivas:

- Estratégia Energética Local – Que tipo de parâmetros deve ser tido em consideração;
- Prioridades e potencialidades locais existentes; adaptar as prioridades às necessidades locais;
- Soluções que seriam adequadas para a comunidade local, as suas necessidades, os cidadãos;
- Obstáculos que impedem uma implementação eficaz dos projetos identificados;
- Propor e preparar *workshops* apropriados/reforçar as capacidades das equipas técnicas/funcionários municipais;
- Soluções técnicas para investimentos futuros;
- Oportunidades de financiamento e outras questões financeiras – Este poderá ser o tópico mais importante para debater. Soluções que possam ser, em parte, se não o forem a 100%, autofinanciadas de modo que a redução de custos compense o custo do investimento.

5.6. Motivação e empenho dos membros de um GAL

O envolvimento das principais partes interessadas desde a fase de planeamento inicial até as decisões estratégicas e o processo de desenvolvimento será a “força motriz” subjacente.

Uma participação efetiva implica um processo dinâmico, interativo. Isto baseia-se em estimular a confiança e a segurança de que todas as opiniões serão tidas em consideração durante o desenvolvimento de qualquer projeto de energia. Como é evidente, a participação não ocorrerá por si só.

De que modo os potenciais membros de um GAL serão incentivados a participar? Que tipo de argumentos devemos utilizar para garantir a sua cooperação? Tais questões devem ser abordadas de forma adequada antes de entrar em contacto com eles. É apresentada a seguir uma lista de possíveis argumentos:

- Iniciar ações para uma cidade “mais verde” e estabelecer os alicerces para um desenvolvimento local e regional sustentável, que também irão demonstrar ser úteis, para efeitos de reeleição, durante a próxima campanha política (isto aplica-se a membros do

município);

- Fazer parte de uma rede europeia para trocar ideias e práticas com outras regiões/cidades da União Europeia;
- Reduzir as emissões de CO₂ e a pegada energética da administração pública;
- Reduzir o custo operacional dos edifícios públicos e realizar poupanças substanciais a nível da utilização de energia;
- Aumentar a autossuficiência energética dos edifícios públicos;
- Sensibilizar cada vez mais para a proteção do ambiente e sobre a utilização da energia, o que pode ser um trunfo para assegurar postos de trabalho existentes e futuros postos de trabalho potenciais;
- Fazer parte do processo de tomada de decisão da sua própria cidade. Decisões que, certamente demonstrarão ser benéficas para as gerações vindouras;
- Contribuir para ações que resultem numa melhoria do acesso aos fundos estruturais para projetos de energia sustentável e investimentos na comunidade
- A melhoria da eficiência energética desempenha um papel significativo em termos de desenvolvimento sustentável, de competitividade da comunidade, de oportunidades de emprego, de melhoria ambiental e de enriquecimento da qualidade de vida para todos.

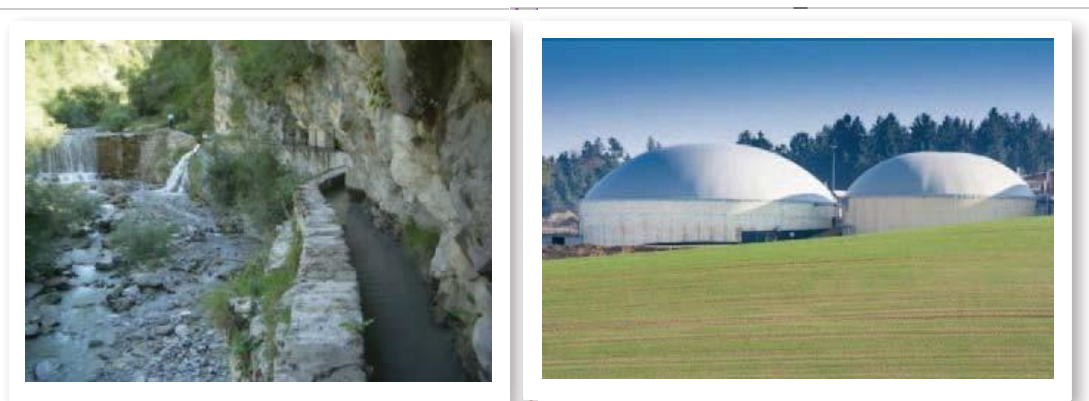
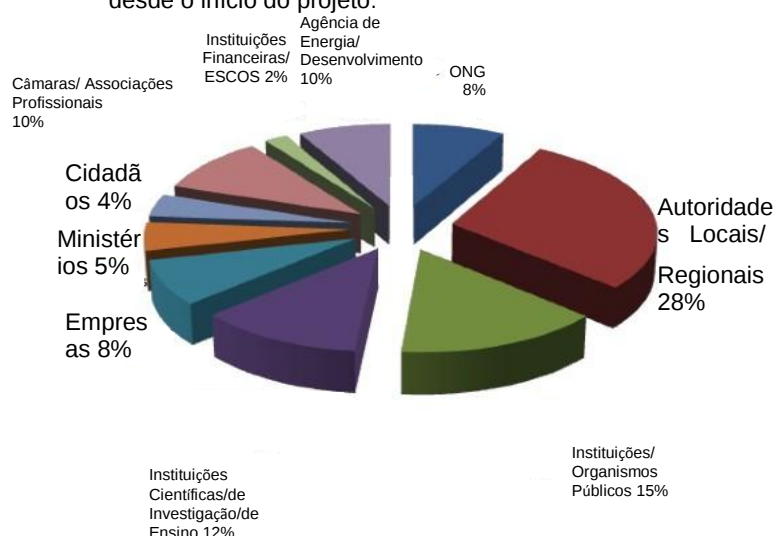


Figura 13 – As regiões francesas Le Pays A3V e PNR de Verdon criam parcerias entre diferentes partes interessadas com o objetivo de utilizar potencialidades naturais.
Construção de uma central hidroelétrica numa iniciativa de canal de irrigação e de biogás.

5.7. A experiência do projeto Green Partnerships

11 Grupos de Ação Local - que envolvem 130 membros - foram estabelecidos em todos os países que participaram no projeto Green Partnerships (Eslovénia, Chipre, Grécia, Itália, França, Portugal, Espanha, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia e Montenegro). Mais de 101 organizações – que representam os principais grupos de partes interessadas – estiveram envolvidas em atividades desde o início do projeto.



Com uma visão comum para alcançar as metas dos Planos de Energia Sustentável locais e melhorar a estratégia energética local, o projeto Green Partnerships Os Grupos de Ação Local desempenharam um papel significativo no planeamento e desenvolvimento de projetos emblemáticos e estabeleceram os alicerces para parcerias locais eficazes com vista à sua implementação. Os Grupos de Ação Local eram constituídos pelos seguintes grupos de stakeholders, conforme ilustrado na Figura 14.

Figura 14 - Síntese dos Grupos de Ação Local (GAL) nos países envolvidos no projeto Green Partnerships

Figura 15 - Principais tópicos de discussão durante a operação de Grupos de Ação Local no âmbito do projeto Green Partnerships



Fotografia 16 - Reuniões de GAL nas regiões envolvidas no projeto Green Partnerships (Fonte: Parceiros Green Partnerships)

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

Se não elaborarmos nenhum plano, estaremos votados ao fracasso – como planejar de maneira a implementar, de forma eficaz, projetos de fontes de energia renováveis (FER) e de eficiência energética (EE)?

6.1. Pensar a nível global, agir a nível local

Os decisores políticos locais e os municípios podem contribuir de forma significativa para os desafios representados pelas alterações climáticas globais, reduzindo as emissões de gases de efeito de estufa através de melhorias em termos de eficiência energética e do aumento da utilização de energias renováveis a nível local.

Com uma meta global para estabelecer um sistema energético amigo do ambiente e sustentável, o desenvolvimento de um plano de energia e clima local é um primeiro passo importante.

Para orientar uma implementação eficaz do PAES local, é fundamental que haja metas quantificadas, um compromisso político, um aumento das competências e da sensibilização, parceiros “ecológicos” e mudanças comportamentais estruturais.



Os municípios têm de enfrentar diversos desafios para contribuir para a luta contra as alterações climáticas, promovendo o crescimento local e proporcionando aos seus cidadãos um ambiente mais limpo e mais seguro. A procura crescente de energia, o aumento contínuo dos preços da energia, juntamente com a recessão económica na Europa do Sul, estimulam as cidades e as regiões a reforçar as suas Estratégias de Energia Sustentável a fim de aumentar a sua Eficiência Energética e a utilização de Fontes de Energia Renováveis.

Um plano de ação para a energia sustentável local (PAES local) traduz uma estratégia a longo prazo em ações. Pode ser uma ferramenta poderosa para cidades e regiões planearem, implementarem, acompanharem e avaliarem as políticas climáticas e energéticas. Com um PAES bem equilibrado, as comunidades poderão beneficiar de uma melhor qualidade de vida com mais oportunidades para todos os cidadãos, de uma utilização razoável dos recursos naturais e de um aumento da proteção ambiental, bem como de coesão social e prosperidade económica relativamente às necessidades de outras comunidades em toda a região 6.

Além disso, contribuem para os esforços globais contra as alterações climáticas e a independência energética a longo prazo da cidade, e acabam por beneficiar das poupanças na fatura de energia, de uma melhor imagem da cidade, da visibilidade política e de um maior acesso a financiamentos nacionais/europeus. A sua revisão – efetuada regularmente –, baseada na experiência obtida a partir de ações em curso, é extremamente importante para manter a sua eficácia.

As principais fases no processo de elaboração de um PAES são o início e a preparação (recolha de dados e análise da situação), a tomada de decisões estratégicas e o envolvimento político, o planeamento e a implementação e o acompanhamento e a avaliação. Durante a fase de iniciação, o compromisso político é anunciado, a estrutura administrativa é adaptada e as principais partes interessadas são contactadas. Durante a fase de planeamento, procede-se à avaliação da situação e do contexto atuais, à definição da visão e ao desenvolvimento e lançamento do plano. Posteriormente, procede-se à implementação das medidas e ao acompanhamento das ações. Finalmente, procede-se à elaboração e à revisão do relatório de implementação.

Tsoutsos T, Coroyannakis P, Petroula D, Tournaki S: *Sustainable Energy Communities in Insular and Ecologically Sensitive Areas*. RERINA IEE, Comissão Europeia, Direção Geral da Energia e do Transporte 2008:6

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO



Figura 17 - Passos no Planejamento de uma Ação de Energia Sustentável

Implementar a estratégia energética local – Como por em prática o PAESL

Para por em prática um PAES local, os parâmetros essenciais são: uma estrutura de propriedade independente e abrangente, um modelo de financiamento a longo prazo, uma distribuição clara das diferentes tarefas e responsabilidades, uma abordagem pragmática e orientada para os resultados, um acompanhamento crítico do processo, uma campanha informativa sistemática para sensibilizar corações e mentes e a reafirmação do compromisso político. Em seguida, são apresentados conselhos importantes para uma poderosa estratégia energética local.



6.2.1. Definir o projeto

Antes de iniciar o desenvolvimento de qualquer projeto relacionado com energia a partir de um PAES local, é necessário compreender as oportunidades e obstáculos que podem surgir durante as fases de desenvolvimento e implementação. Conhecer os potenciais riscos e benefícios ajudará a superar dúvidas e oposições e permitirá traçar um plano exequível.

Independentemente de quais são os benefícios potenciais, qualquer mudança vai sempre gerar opiniões opostas e conflitos de interesse.

Paralelamente, os projetos de energia sustentável afetam diferentes dimensões da comunidade, uma vez que dizem respeito à exploração de fontes de energia, ou seja, à inovação, à dimensão social, ambiental, técnica e educacional. É vital que todas as dimensões sejam tidas em consideração durante a preparação do plano de ação.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

6.2.2. Aprender com os outros

As autoridades públicas devem aprender com os pioneiros e inspirar-se nas melhores práticas. Não é necessário “inventar novamente a roda”. Há muitas autoridades regionais/locais que já estabeleceram ou se encontram em vias de implementar um sistema de energia sustentável. Pode aprender-se muita coisa a partir das experiências de regiões/municípios avançados e de iniciativas emblemáticas. As autoridades públicas podem aferir os conhecimentos existentes, fazer parte das redes de intercâmbio de conhecimentos, participar em iniciativas energéticas e de proteção climática existentes, cooperar diretamente e interagir com os pioneiros. Exemplos de melhores práticas, ferramentas úteis e metodologias testadas estão disponíveis em bases de dados *online*.

6.2.3. Avaliar o potencial local

Uma análise minuciosa da situação regional/local, das potencialidades para melhorias a nível de poupança energética e eficiência energética, das potencialidades das fontes de energias renováveis e novas possibilidades para uma definição/integração sustentável e do contexto social é um passo muito importante para criar planos energéticos eficazes e definir objetivos realistas. Ajudará também a determinar níveis de financiamento adequado e a alocação dos recursos para projetos de eficiência energética específicos.

Os produtores de energia locais e os fornecedores de tecnologia relevante também podem fornecer perspetivas sobre a escala de oportunidade da eficiência energética na área.

6.2.4. Avaliar soluções alternativas

É possível identificar diversas soluções para desenvolver um projeto de eficiência energética. Os responsáveis pelas decisões devem ser informados sobre os parâmetros-chave dos cenários alternativos. As potencialidades da eficiência energética podem ser avaliadas a diferentes níveis:

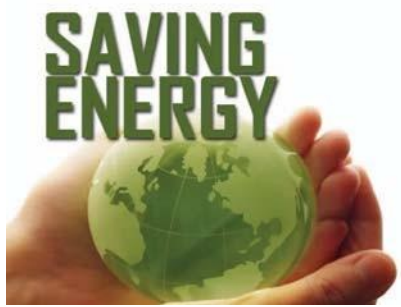
- **Potencialidade técnica:** O nível máximo teórico de potenciais poupanças energéticas, presumindo uma implementação imediata de todas as medidas exequíveis em termos de eficiência energética independentemente da relação custo-eficácia.
- **Potencial económico:** Um subconjunto de potencialidades técnicas que presume uma implementação imediata de todas as medidas de eficiência energética tendo em conta a relação custo-eficácia (sempre que existirem várias medidas apropriadas para uma aplicação, selecionar-se-á a que apresenta a melhor relação custo-eficácia).
- **Potencial de viabilidade:** O nível de poupanças que pode realmente ser alcançado através de um projeto de eficiência energética no âmbito de um horizonte temporal específico, tendo em conta determinados fatores limitativos, tais como a relação custo-eficácia, as restrições de capital, o período de vida útil do equipamento instalado existente, o retorno sobre o investimento, os obstáculos que afetam a adoção de medidas de eficiência energética específicas, etc.

O potencial viável é o mais útil para a definição de objetivos, uma vez que tem em consideração a relação custo-eficácia, bem como as restrições temporais e técnicas.

Planos para maximizar a partilha de fontes de energia renováveis devem ter em consideração as características específicas do local, tal como o tipo de infraestrutura energética, o consumo energético por unidade da área, a interligação e robustez da rede, os padrões de consumo de energia, bem como as capacidades e restrições das tecnologias de energia renovável existentes em conjunto com as principais características das fontes renováveis.

Para facilitar a seleção das medidas mais apropriadas, as autoridades locais devem classificá-las com base num conjunto de critérios (por exemplo, o investimento necessário, as poupanças energéticas, os benefícios em termos de criação de postos de trabalho, a melhoria da qualidade do ar, a relevância para os objetivos globais das autoridades locais, a aceitabilidade política e social, etc.); cada critério poderá ter um peso diferente. Para definir as prioridades, deve ter-se em consideração os potenciais riscos associados à implementação das medidas e as decisões devem basear-se nas opiniões pertinentes de especialistas e partes interessadas.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO



6.2.5. Quantificar metas

Em qualquer plano de ação local em matéria de energia deve definir-se, corretamente, metas mensuráveis, viáveis, realistas e quantificadas, como, por exemplo, poupança energética em Mwh, partilha de energia renovável localmente produzida (em MWh), emissão de CO₂ ou redução de CO₂ equivalente em toneladas por ano (t/a).

As metas devem ser discutidas e aprovadas dentro dos Grupos de Ação Local.

6.2.6. Tomar medidas

O plano de ação prevê medidas e projetos específicos, projeta e descreve, de forma detalhada, os recursos previstos. Os principais componentes de uma implementação eficaz são:

- O envolvimento dos Grupos de Ação Local na visão do PAES local
- Um sólido compromisso político
- Uma equipa de projeto competente para guiar os diferentes passos e acompanhar o progresso
- Parceiros locais competentes
- [Atividades coordenadas entre todas as partes envolvidas.](#)

Tabela 2 - Fatores críticos de sucesso e forças motrizes locais em direção a um próspero PAES Local

Fatores de sucesso essenciais	Potenciais forças motrizes locais (motivação)
Implementação absoluta; width:8040; height:505; visibility: visib Disponibilidade política do município para lidar com resoluções relacionadas com energia e clima Capacidade organizacional/técnica do município para implementar as medidas do plano de energia local Ferramentas de financiamento e mecanismos de apoio apropriados. Financiamento a longo termo seguro Envolvimento das partes interessadas locais e criação para implementar as medidas	Energia renovável local/regional potencial Considerações ambientais locais Visão convincente que apela a um público mais vasto, que podem uniformizar os atores locais e cidadão à sua volta Meta com vista a uma autossuficiência energética, ou sociedade neutra em relação ao CO ₂ . Postos de trabalho locais e crescimento substancial Poupanças financeiras diretas Políticas de compensação de CO ₂ Melhorar a imagem do município/partes interessadas locais como “amigos do ambiente”.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO



6.2.7. A experiência do projeto Green Partnerships

O envolvimento e participação ativa das partes interessadas locais e regionais, desde as fases iniciais do desenvolvimento de uma política a médio ou longo prazo (por exemplo, PAES, estratégias energéticas locais, projetos de energia sustentável), têm sido essenciais para integrar as necessidades genuínas da comunidade e assegurar o maior apoio possível para atingir as metas definidas, através de uma abordagem interdisciplinar entre as várias partes interessadas. O seu consenso e contribuição demonstraram ser cruciais para a consecução eficaz dos projetos de demonstração, os quais foram seleccionados a partir do plano local para as energias sustentáveis e implementados no âmbito das regiões envolvidas no projeto Green Partnerships.

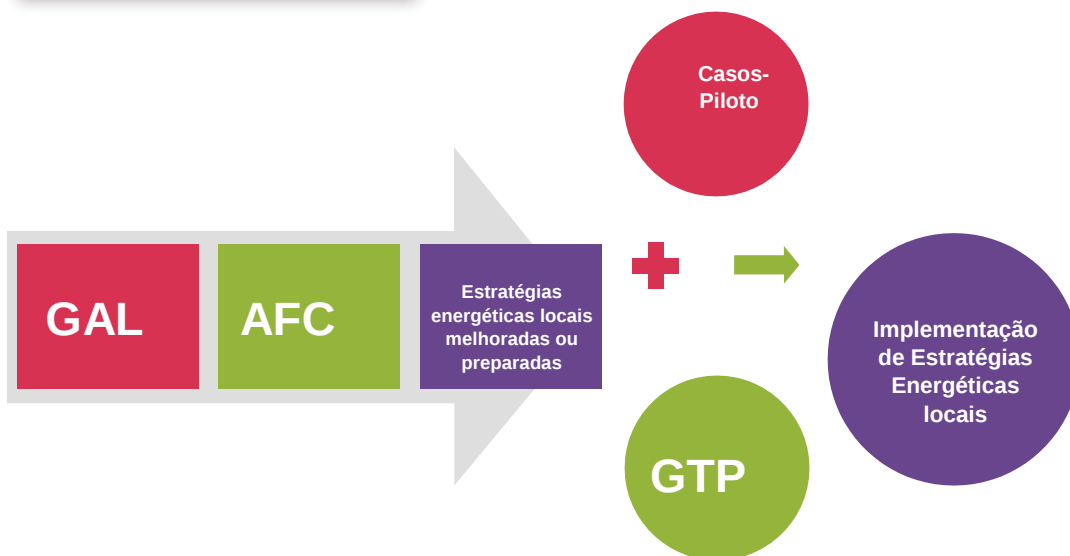


Figura 18 - A abordagem ascendente Fomento do Green Partnerships

Para facilitar uma implementação eficaz das ações-piloto foram constituídos Grupos de Ação Local, envolvidos em todo o processo, e foram designadas e implementadas as atividades para o fomento de capacidades, direcionadas para os principais decisores políticos e atores técnicos. As estratégias energéticas locais foram melhoradas ou preparadas com o apoio de Grupos de Trabalho de Peritos e da transferência de conhecimentos a nível internacional. Projetos-piloto de demonstração foram iniciados e implementados de forma eficaz, proporcionando casos emblemáticos e modelos replicáveis como exemplos de boas práticas para uma implementação bem-sucedida das estratégias energéticas locais.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

As figuras 19 e 20 resumem os potenciais obstáculos e as principais oportunidades identificados durante o processo de consultadoria que decorreu nas 11 regiões envolvidas no projeto Green Partnerships.



Figura 19 - Principais obstáculos para cumprir as metas do PAES, identificadas durante as consultadorias no âmbito do projeto Green Partnerships

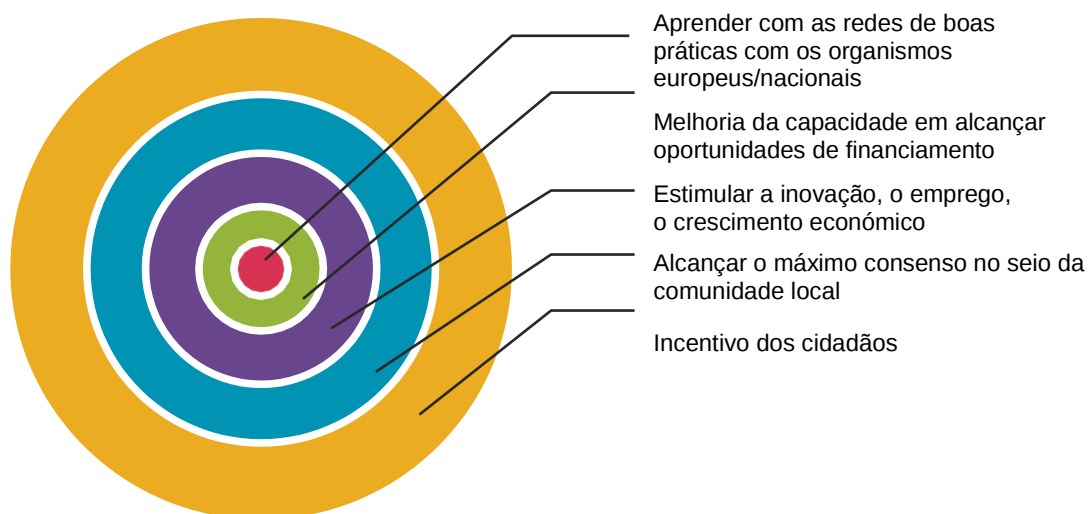


Figura 20 - Oportunidades identificadas durante a implementação do projeto Green Partnerships

O projeto Green Partnerships não altera estruturalmente os padrões processuais existentes, mas propõe melhorias funcionais das práticas de implementação de estratégias energéticas locais.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO



Fotografia 21 - Grupos de Trabalho de Peritos no âmbito do projeto Green Partnerships, equipas de projeto locais e atividades de consultadoria (Fonte: Parceiros Green Partnerships)

6.2.8. Capacitar as políticas e competências locais

As lacunas de conhecimentos e capacidades constituem os principais obstáculos para que as autoridades locais possam implementar, de forma eficaz, o plano de ação local em matéria de energia.

O fomento de capacidades e as atividades de sensibilização capacitam as comunidades locais para que possam melhorar as melhores práticas em matéria de eficiência energética e energias renováveis.

Atividades para incentivar a sensibilização, melhorar o entendimento, aumentar o interesse e fomentar capacidades permitirão aos governos locais (responsáveis pelas decisões, equipas técnicas) que enfrentem o desafio pondo em prática estratégias energéticas sustentáveis e facultar-lhes-ão as informações que devem ter em consideração aquando da tomada de decisões e do desenvolvimento/implementação/acompanhamento das intervenções em termos de eficiência energética e da implementação do PAES.

Além disso, as atividades educativas e de sensibilização direcionadas para as famílias e os funcionários públicos desempenham um papel fundamental na compreensão do porquê da necessidade de agir a nível local e o que pode ser feito por qualquer pessoa na sua própria casa. Os municípios ou autoridades regionais podem assumir um papel de liderança, colocando em prática uma estratégia de comunicação sobre o uso sustentável da energia, incluindo conselhos práticos sobre como poupar energia no dia-a-dia.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

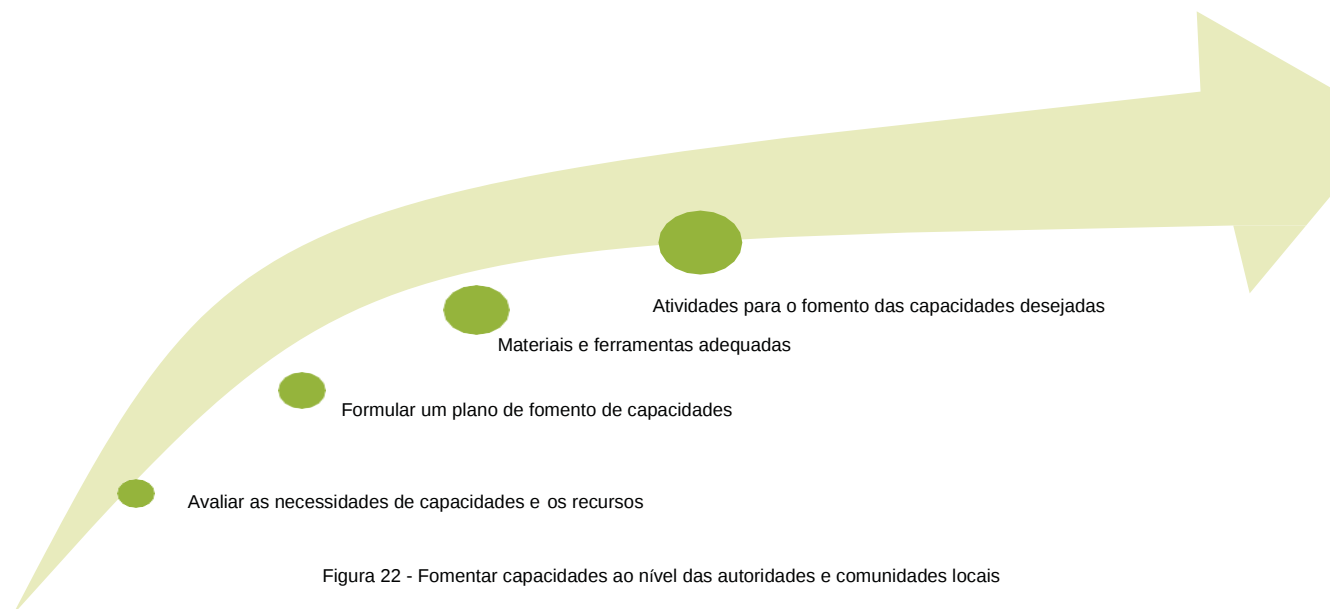


Figura 22 - Fomentar capacidades ao nível das autoridades e comunidades locais

Através das atividades para o fomento das capacidades ambicionadas, as autoridades locais reforçarão as competências e habilidades dos funcionários envolvidos, dos responsáveis pelas decisões e das partes interessadas, de modo a que sejam capazes de lidar com os problemas e gerir todas as questões associadas à implementação dos Planos de Ação para a Energia Sustentável a nível local, melhorando, assim, as suas capacidades, o que lhes permitirá atingir resultados mensuráveis e sustentáveis.

As várias tarefas e subtarefas necessárias para a implementação de um SEAP local fazem apelo a uma ampla gama de habilidades e competências. Além disso, novas competências e novas formas de pensar e trabalhar – geralmente, fora do padrão tradicional – são exigidas aos que estão envolvidos na entrega do PAES.

As capacidades podem distinguir-se como “árduas e simples”. As capacidades árdas são geralmente consideradas como sendo técnicas, funcionais, tangíveis e visíveis, e incluem:

- Competências técnicas, focadas nos conhecimentos e nas metodologias
- Capacidades organizacionais para a função: estruturas apropriadas, sistemas e procedimentos para gestão, planeamento, finanças, recursos humanos, acompanhamento e avaliação; a capacidade de mobilizar recursos
- Leis, políticas e estratégias.

As capacidades simples são geralmente consideradas como sendo sociais, relacionais, intangíveis e invisíveis e podem distinguir-se em capacidades **operacionais** (por exemplo, competências de cultura organizacional, liderança, relações políticas, negociação, trabalho em equipa, resolução de conflitos, resolução de problemas, etc.) e em capacidades **adaptativas** (por exemplo, vontade de aprender mais a partir da experiência, capacidade de adaptação, prontidão e motivação para agir, etc.).

As atividades para o fomento de capacidades devem abordar ambos os tipos de capacidades.

Assim que o plano de ação local é elaborado e as metas definidas, é então necessário desenvolver a estratégia e o plano de fomento de capacidades. As atividades para o fomento de capacidades devem ter tópicos-alvo, relacionados com o plano de ação para a energia local previsto e baseados nas necessidades dos participantes identificados, com ênfase na formação de parcerias locais competentes.

Não há nenhuma abordagem específica para fomentar capacidades que funcionará em todos os casos; cada região e cada autoridade local têm situações diferentes e necessidades diferentes que devem ser especificamente abordadas e atendidas. Em primeiro lugar, deve especificar-se os meios de capacidade local e as necessidades específicas a fim de formular um plano de fomento de capacidades produtivo que defina:

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

- Quem está envolvido no planeamento, na entrega e na manutenção de soluções de energia sustentável?
- Procuramos fomentar as capacidades de QUEM?
- De que competências, comportamentos e conhecimentos precisam? Capacidade para fazer o QUÊ e PORQUÊ?
- Onde estão as lacunas de competências entre a força de trabalho atual e os potenciais participantes? COMO devemos preencher essas lacunas?
- Quais são as prioridades de ação e quem deve ser envolvido na entrega? QUANDO e QUEM deve proporcionar o fomento de capacidades?

As atividades indicativas para o fomento de capacidades são:

- *Workshops* de fomento de capacidades e formação técnica
- Conferências - Publicações
- Transferência de conhecimentos transnacionais - acesso a recursos/ferramentas informativos
- Trabalho em rede - Alianças de coordenação
- Consultadoria (aconselhamento de especialistas, mentoria, formação)
- Campanhas de sensibilização.

6.2.9.Elementos-chave de *workshops* de fomento de capacidades e atividades de formação

O objetivo de um *workshop* de fomento de capacidades consiste em sensibilizar o público-alvo sobre os princípios-básicos subjacentes às diferentes tecnologias e auxiliá-lo na avaliação e na melhor escolha entre diferentes soluções propostas.

Recomenda-se que, aquando da organização de um *workshop* cuja temática seja do domínio tecnológico (por exemplo, biomassa, energia solar), esta seja associada a tópicos menos técnicos (Sensibilização, Financiamento, Envolvimento das partes interessadas, Legislação). Para uma implementação eficaz de um Plano de Ação para a Energia Sustentável ou de um projeto de energia sustentável, os aspetos não técnicos têm igualmente uma grande importância. Os responsáveis políticos/pelas decisões e os responsáveis pelo planeamento devem estar cientes destas questões e devem aplicar recomendações relevantes antes de iniciar a implementação de qualquer projeto.

Os elementos-chave de um *workshop* ou formação para o fomento de capacidades são ilustrados na figura 16.

Conteúdos do Curso	Conteúdos programáticos apropriados que incluam, a título indicativo, terminologia relevante, tecnologias/soluções alternativas, vantagens e desvantagens, considerações/obstáculos técnicos, aspetos económicos/ambientais, estudos de casos, processo de tomada de decisão, <i>links</i> úteis/recursos.
Materiais de formação	Por exemplo, apresentações (em Powerpoint), materiais de formação (ficheiros em pdf), lista extensa de novos recursos e <i>links</i> para estudos de casos/bons exemplos de outras autoridades locais na União Europeia.
Abordagem, métodos e ferramentas de formação	Apresentações de tipo “sala de aula” com formadores experientes, análise de exemplos, visitas de estudo no local, materiais visuais apropriados, debate/grupos de discussão
Perfil dos formadores e formação	Especialista(s) sobre o tema especificado, com mais de 3 anos de experiência no terreno (quer como formador, quer como técnico)

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

Avaliação - Relatórios

A opinião dos participantes é importante, pelo que um formulário de avaliação pode ser distribuído após o final de cada *workshop*. Os questionários preenchidos podem ser recolhidos e analisados para fornecer informações úteis com vista à melhoria de futuros *workshops*.

Figura 23 - Linhas gerais dos componentes-chave de um *workshop* ou formação para o fomento de capacidades

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

A **abordagem de formação** pode incluir ensino em sala de aula e apresentação de estudos de casos e exemplos práticos com um objetivo global: proporcionar novas ideias e conhecimentos técnicos. Os formadores devem prestar atenção ao nível de compreensão dos participantes e adaptar-se, de forma flexível, em conformidade. Deve tomar-se em consideração os seguintes pontos para uma palestra eficiente:

- Discussão com os participantes para confirmar a sua compreensão;
- Exemplos práticos de diferentes tecnologias e sistemas para aprofundar os seus conhecimentos;
- Recursos para conhecimentos mais aprofundados;
- Sessão de *brainstorming*;
- Discussões entre os participantes.

É essencial envolver os participantes num *workshop* de formação de uma forma ativa, integrando as suas próprias experiências. Envolver todas as pessoas é essencial para um *workshop* bem-sucedido.

Criar uma lista dos principais pontos a discutir e dividi-los em detalhes essenciais que pretenda comunicar ao seu público.

- Facilitar a discussão entre os participantes. Misturar os diferentes perfis; incentivando-os a interagir, desta forma podem aprender a olhar para as coisas de várias perspetivas.
- Registar as ideias e considerações expressas pelos participantes e deixar o grupo trocar opiniões, avaliá-las e priorizá-las.

Motivação do público-alvo Como motivar o público-alvo a participar? Tais questões devem ser abordadas de forma apropriada antes de entrar em contacto com os potenciais participantes. São apresentados, em seguida, possíveis argumentos:

- Aprender quais os prós e contras de potenciais soluções ao iniciar ações específicas para uma cidade “mais verde”; identificar passos fundamentais na tomada de decisão para definir os alicerces de projetos locais em termos de energia sustentável, os quais também demonstrarão ser úteis, para fins de reeleição, durante a próxima campanha política (isto aplica-se aos membros do município)
- Adquirir conhecimentos técnicos sobre como aplicar práticas/tecnologias bem-sucedidas para reduzir as emissões de CO₂, a pegada energética e o custo de operação dos edifícios públicos
- Adquirir conhecimentos sobre como melhorar o acesso a fundos estruturais para projetos em matéria de energia sustentável e investimentos na comunidade
- Manter-se informado sobre a legislação existente e as oportunidades de financiamento
- Aprender com as melhores práticas implementadas por outras autoridades locais.

A experiência do projeto Green Partnerships

As campanhas de fomento de capacidades e sensibilização, realizadas nas 11 regiões envolvidas no projeto Green Partnerships, abrangeram um vasto leque de medidas e ações, as quais melhoraram a eficácia das políticas locais em matéria de energia.

Foram implementados 22 *Workshops* de Fomento de Capacidades com vista a melhorar as capacidades locais e a apoiar uma consecução eficaz dos Planos para Energias Sustentáveis Locais.

Os principais grupos-alvo dos *Workshops* de Fomento de Capacidades foram identificados como se segue:

- **Responsáveis pelas decisões:** representantes de órgãos públicos encarregados da eficiência energética e das fontes de energia renováveis (membros de câmaras municipais, autoridades locais e regionais, funcionários dos municípios, gestores de

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

energia, equipas técnicas) e outros membros dos Grupos de Ação Local, aos quais deve transmitir-se a informação que devem ter em consideração aquando da tomada de decisões sobre a gestão da energia na sua cidade/município.

Equipas dos departamentos técnicos das organizações municipais/públicas que terão a responsabilidade de aconselhar, desenvolver, implementar, acompanhar uma solução técnica ou o PAES/plano de ação local para a energia ou/e funcionários responsáveis pela gestão da energia.

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO



Fotografia 24 - *Workshops* de Fomento de Capacidades e formação nas regiões envolvidos no projeto Green Partnerships (Fonte: TUC)

+ de 700 participantes, decisores políticos locais e regionais, equipas técnicas municipais, gestores energéticos, responsáveis pela manutenção dos Municípios, funcionários e utilizadores dos edifícios públicos, representantes de empresas responsáveis pela manutenção, companhias de serviços de energia locais, membros de Grupos de Ação Local no âmbito do projeto Green Partnerships (Figura 24).

Os *workshops* tinham tópicos-alvo relacionados com os projetos-piloto previstos e baseavam-se nas necessidades dos participantes identificados, com ênfase na criação de parcerias locais competentes. Proporcionaram aos participantes conhecimentos sobre fontes de energia renováveis e tecnologias de poupança energética, bem como sobre conhecimentos relacionados com determinadas áreas, como legislação, financiamento, comunicação e motivação das partes interessadas, e proporcionaram igualmente orientações sobre os passos que devem ser seguidos para implementar, de forma eficaz, projetos de energia sustentável na sua região.

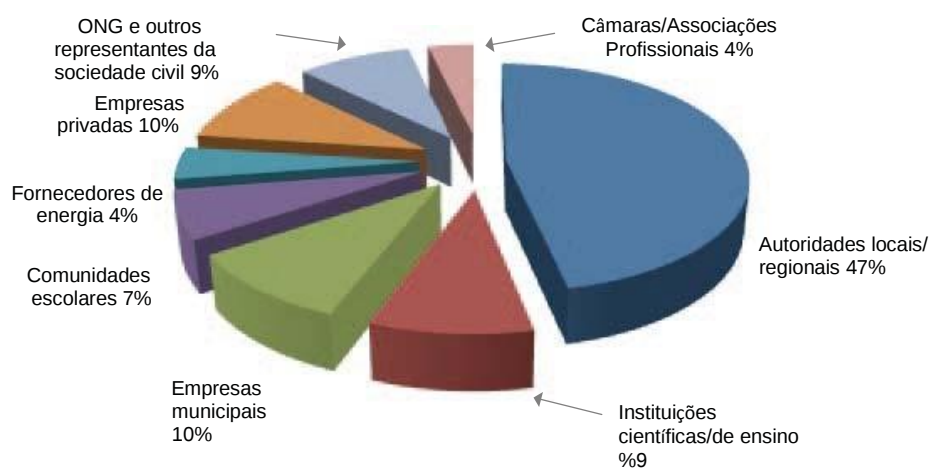


Figura 25 - Tipologia de stakeholders formados durante os *workshops* de fomento de capacidades no âmbito do projeto Green Partnerships

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

Materiais de formação apropriados para os *workshops* e a sua utilização futura pelos participantes em 8 tópicos diferentes (Biomassa, Energia Solar, Envolvimento de Stakeholders, Eficiência Energética em Edifícios, Iluminação Pública, Legislação, Financiamento, Sensibilização), em 11 idiomas (12 conjuntos de materiais de formação), foram preparados pelos Grupos de Trabalho de Peritos e foram adaptados às necessidades específicas de cada região. Os materiais estão disponíveis para a sua utilização após o final do projeto através do *site* do projeto Green Partnerships, garantindo a sustentabilidade dos conhecimentos nas comunidades locais, bem como para outras áreas MED.

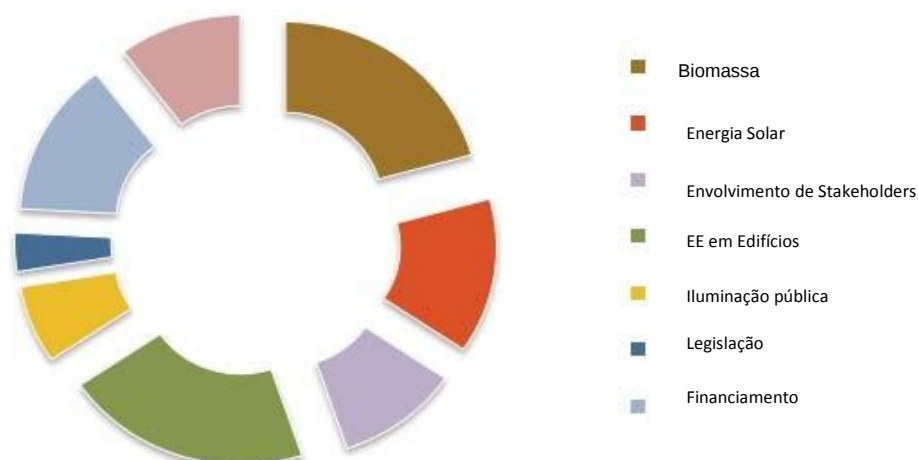


Figura 26 - Tipologia de stakeholders formados durante os *workshops* de fomento de capacidades no âmbito do projeto Green Partnerships

Foram desenvolvidas orientações práticas sobre a organização, implementação, avaliação e elaboração de relatórios dos *Workshops* de Fomento de Capacidades, incluindo os conteúdos dos *workshops*, formulários de avaliação e listas de verificação.



Figura 27 - Listas de verificação e questionários de avaliação utilizados nos *Workshops* de Fomento de Capacidades no âmbito do projeto Green Partnerships.

Foram também implementadas, a nível local, regional, nacional e internacional, atividades adicionais com o intuito de aumentar a sensibilização sobre o impacto das medidas de fontes de energias renováveis e eficiência energética, informar o público e divulgar as experiências e

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

resultados decorrentes do projeto. Tais atividades consistiram em eventos públicos/de consultadoria, eventos de atividades em rede, conferências, artigos científicos e comunicados de imprensa, entre outras.

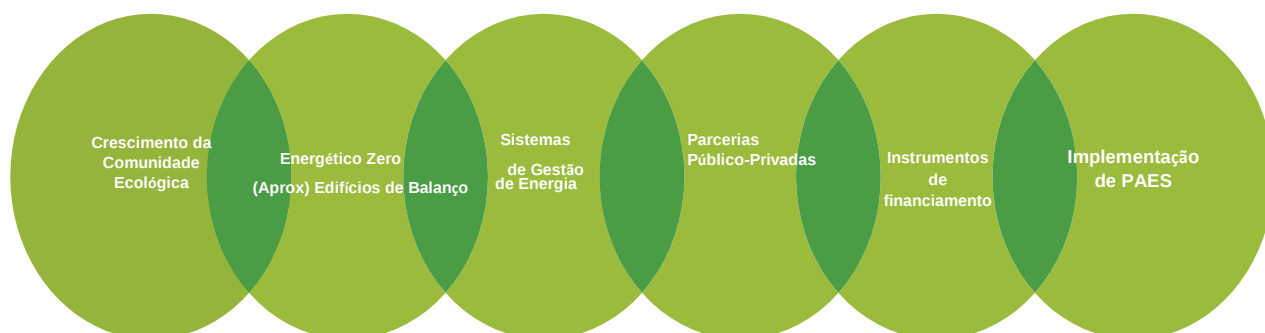


Figura 28 - Áreas temáticas para futuras ações de fomento de capacidades propostas pelos participantes nos *workshops* no âmbito do projeto Green Partnerships

6. PASSO 3 - PLANO DE AÇÃO

7. PASSO 4 - CRIAÇÃO DE PARCERIAS LOCAIS

O que são parcerias locais e por que razão são tão importantes?

7.1. Criar uma Parceria Local

Uma parceria local define-se como uma parceria formal ou informal entre o setor público, investidores privados e utilizadores de um único projeto de investimento ou medidas implementadas. As parcerias locais concretizam as medidas de eficiência energética ou fundos de energia renováveis, desenvolvidas pelo grupo de ação local, sob a forma de uma parceria de implementação ou iniciativa empresarial, se a natureza do projeto assim o permitir. A criação das parcerias depende do tópico que é objeto do Plano para Energia Local, e, em geral, estas são constituídas e estão relacionadas com:

- Membros do Grupo de Ação Local;
- Utilizadores finais que podem implementar algumas das medidas simples (por exemplo, medidas de eficiência energética nos escritórios, nas escolas, reciclagem, poupança energética no domicílio, etc.) e interiorizá-las;
- Investidores como um parceiro privado ou terceiros na implementação (por exemplo, formulários de contratação de energia, parceiro de financiamento);
- O público, como observador e/ou utilizador final, é o parceiro mais importante para a transferência de *know-how* entre as comunidades e as regiões, e tem um impacto crucial na opinião pública.

As parcerias locais baseiam-se nos grupos de ação local elaborados (ver capítulo 2), os quais discutem sobre as possíveis soluções e procuram remover obstáculos para uma implementação mais célere do projeto. Os parceiros locais convidam para o projeto terceiros e utilizadores finais para discutir sobre as possibilidades técnicas e outras possibilidades de implementação.

7. PASSO 4 - CRIAÇÃO DE PARCERIAS LOCAIS

7.2. O que é uma boa parceria?

Uma boa parceria caracteriza-se por uma abordagem participativa e de codesenvolvimento, em que os parceiros contribuem para o objetivo comum com as suas sugestões e definem claramente os resultados que pretendem alcançar no âmbito da parceria. As parcerias podem ser formadas em vários níveis diferentes, dependendo da escala e complexidade do projeto:

- Parcerias nas zonas locais
- Parcerias numa área maior, tal como uma cidade
- Parcerias a nível regional ou estadual.

Um sinal de um processo bem implementado nos Passos 1 a 4 também pode ser apresentado através de um plano de negócios adotado pela parceria a fim de melhor implementar o projeto. Se os Passos 1 a 4 forem corretamente implementados, a Parceria Local em questão terá definido objetivos claros e os parceiros entenderão o seu papel, a contribuição esperada e os resultados ambicionados quanto ao projeto.

7.3. Dividir funções

Uma parceria eficiente envolve diferentes partes, tais como técnicos, engenheiros, o setor público e uma empresa (privada), que seja capaz de implementar o projeto. A estrutura depende dos objetivos e do volume de trabalho, o qual deve ser realizado no projeto comum. É importante que os parceiros locais cheguem a um acordo sobre o coordenador do projeto, o qual é responsável pela implementação, bem como pelo controlo do projeto. O coordenador é responsável pela gestão e deve atender aos requisitos do parceiro que o nomeou.



Todas as tarefas importantes do projeto devem ser aprovadas e confirmadas através de um acordo a médio ou longo prazo entre o coordenador (parceiro líder) e os prestadores de serviços. Os prestadores de serviços devem ser selecionados através de um concurso oficial que permita, de forma transparente, o curso das tarefas.

Figura 21 - Uma boa parceria é diversificada, mas segue a visão conjunta e os objetivos do projeto, contribui com as suas experiências respetivas, propostas de negócios, promoção e dinheiro para investimento (autor: Samo Jencic)



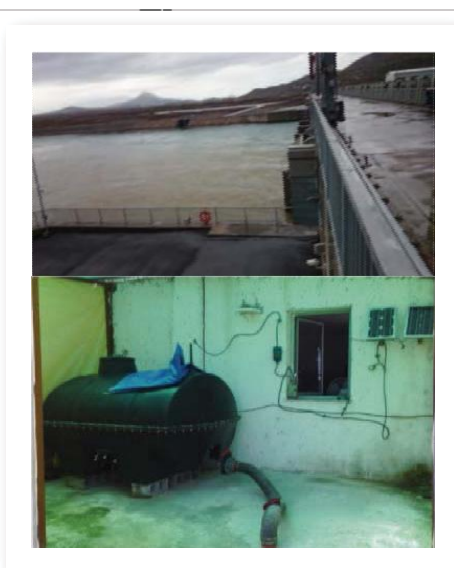
Fotografia 29 - A implementação de um sistema melhorado de iluminação pública em Portugal foi possível graças a uma parceria estabelecida entre os parceiros públicos e privados. (Fotografia: AREANATEjo)

7. PASSO 4 - CRIAÇÃO DE PARCERIAS LOCAIS

7.4. Oportunidades de financiamento

A União Europeia apoia medidas de eficiência energética e as fontes renováveis a diferentes níveis, dependendo da documentação preparada e da dimensão do projeto. Esses tipos de financiamento são divididos nos seguintes grupos:

1. Fundos estruturais
2. Fundos de coesão
3. Fundos horizontais
4. Empréstimos



O apoio depende da extensão, a qual é apoiada e varia em média entre 30 a 100%. Aquando da consideração de projetos de fontes de energia renováveis e de eficiência energética, os investidores privados também podem estar interessados em participar. Podem ter diferentes exigências e expectativas dos esquemas de financiamento europeus ou nacionais, mas tendem a orientar-se para os negócios e, por conseguinte, podem realizar os seus compromissos mais rapidamente do que as fontes públicas. A fim de atrair e despertar o interesse de investidores privados, o Passo 2 é muito importante para não perder um potencial parceiro, embora este possa não parecê-lo à primeira vista.

Fotografia 30 - A Albânia, enquanto estado de pré-adesão, não tem muitas possibilidades de financiamento das medidas de eficiência energética e fontes de energia renováveis. Para o ambiente local, são importantes projetos de pequena dimensão, financiados por parcerias locais (Fotografia: Sallaku, Valentar)

Para obter informações mais específicas sobre as possibilidades de financiamento, consulte a secção “Materiais de Formação”.

8. PASSO 5 – PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Colocar ideias em prática

8.1. Pontos de partida

Para a implementação do projeto, requer-se um estudo de viabilidade. Este determina condições básicas, que são os primeiros indicadores para uma possível implementação. Dependendo do tipo de investimento, os passos necessários são apresentados em seguida:

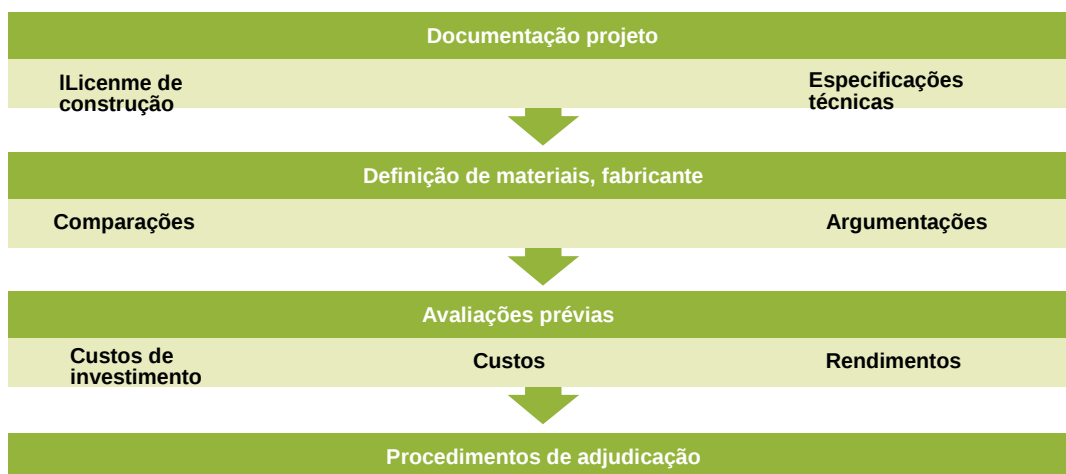


Figura 31 - Procedimentos básicos de implementação

Os procedimentos de implementação podem, evidentemente, diferir de um país para outro, e mesmo entre regiões podem haver diferenças quanto aos procedimentos exigidos, licenças e documentos de apoio que devem ser entregues e aprovados antes que o investimento seja efetivamente realizado. O sucesso na fase de implementação constitui, portanto, o resultado de um bom planeamento nas fases anteriores, em especial no que se refere ao Passo 1, no qual é selecionado o problema, que, por sua vez, é abordado com base na viabilidade, realizando-se, de preferência, uma simples análise PESTAL (Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal) a fim de abordar sistematicamente todos os aspetos relevantes do projeto em relação aos stakeholders e ao ambiente.

8.2. Networking e documentação

Os responsáveis pelas decisões geralmente mantêm ligações provenientes de bons projetos de trabalho e tarefas desempenhadas anteriores. **Um aspeto importante do networking é a natureza do processo que funciona melhor quando este é inclusivo. Contacte esses stakeholders e aborde-os na sua “própria linguagem”, mostrando-lhes os impactos positivos que o seu projeto terá sobre questões que lhes digam respeito, solicite-lhes aconselhamento e sugestões, o que ajudará a estabelecer uma relação, e destaque o seu projeto dos restantes.**

Uma geração mais célere da documentação do projeto

Não somente os custos, mas também alguns outros documentos, como, por exemplo, autorizações de conservadores da natureza ou da cultura, bem como obstáculos legislativos, prolongam o processo de implementação do projeto. Para acelerar o processo, é importante estabelecer ligações com funcionários públicos, pois estes compreendem melhor o projeto.

8. PASSO 5 – PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Ligações com grupos civis

Frequentemente, os grupos civis opõem-se fortemente a novas ideias e projetos. Uma comunicação oportuna (antes do projeto) ajuda a melhorar as relações entre as partes.

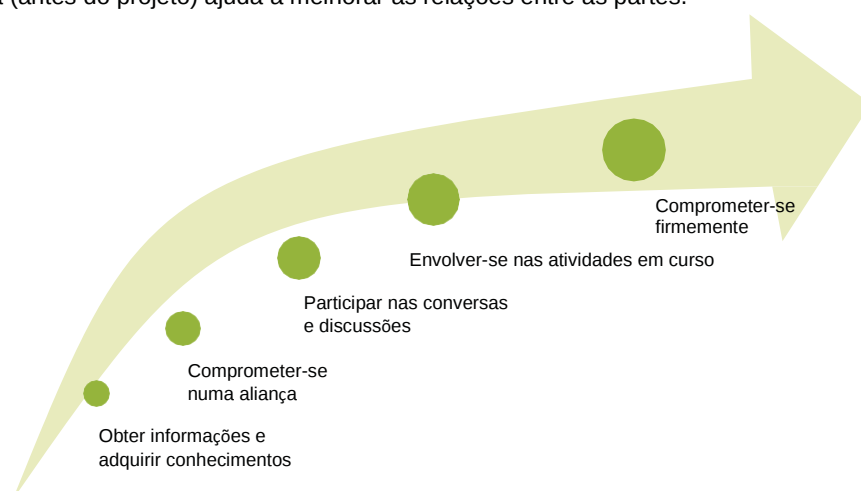


Figura 32 - Apresentação do projeto aos stakeholders (Fonte: GERES)



Fotografia 33 - O Projeto Green Partnerships ajudou a melhorar as comunicações e acelerou o processo de implementação do projeto em Jezerstica, no Montenegro

8.3. Procedimentos de concurso

A transparência dos procedimentos dos concursos públicos e dos proponentes ajuda a implementar projetos que beneficiam da concordância do público. Novos projetos ecológicos devem tirar partido da possibilidade e publicar todas as informações necessárias para o público antes da abertura do concurso. Publicações, relações públicas e a promoção do projeto ajudam a estabelecer boas circunstâncias para conquistar a economia local graças à seleção de cadeias de produção e fornecimento locais, serviços sociais e fabricantes locais.

Apesar dos regulamentos europeus, os concursos públicos ecológicos nem sempre são bem-sucedidos no ambiente local por serem ainda muito dispendiosos. Se o preço for o único critério, só serão eficazes se forem geralmente aceites pelos governos locais ou regionais e quando forem também aprovados pelo público. Ver igualmente o Passo 4.

9. PASSO 6 - ACOMPANHAMENTO

Uma boa avaliação também conta para um bom perito.

9.1. Porque precisamos de atividades de avaliação e acompanhamento nos projetos de fundos de energia renováveis e eficiência energética?

A avaliação é, muitas vezes, uma parte negligenciada da implementação do projeto e considerada como uma carga administrativa. Isso deve-se frequentemente ao facto de não nos focarmos o suficiente no seu valor de utilização. A avaliação é uma revisão sistemática das atividades já realizadas na qual, basicamente, nos interrogamos sobre o que fizemos, com quantos recursos, em que período de tempo e com que efeito. Obter respostas a estas perguntas ajuda-nos a melhorar ou, por outras palavras mais apelativas, pode fazer com que nos tornemos mais eficientes e mais eficazes, o que significa que alcançaremos mais com menos. Então, por que razão a avaliação é uma ferramenta tão negligenciada? Isto pode atribuir-se a várias causas, sendo as mais comuns as seguintes:

- Falta de comunicação transversal no setor aquando do desenvolvimento do projeto
- Abordar os projetos de fontes de energia renováveis e eficiência energética como projetos (predominantemente) tecnológicos
- Falta de um trabalho de investigação inicial sobre o ambiente, de uma análise sobre as potencialidades do ambiente e dos stakeholders e da aplicação de projetos de fontes de energia renováveis e de eficiência energética como apoio à sua utilização
- Não considerar os projetos de fontes de energia renováveis e de eficiência energética como projetos de desenvolvimento empresarial, mas sim como medidas de redução dos custos

Após a implementação dos cinco passos iniciais e depois de o projeto estar a decorrer, é necessário definir critérios para avaliar o desempenho do projeto, os quais estão diretamente associados aos objetivos definidos nos passos anteriores. Embora o acompanhamento e a avaliação sejam o segundo ao último passo, os seus resultados podem ser utilizados para melhorar todo o processo de planeamento na próxima ação e podem contribuir ainda mais para identificar e melhorar a tecnologia e os aspetos socioeconómicos dos projetos de fontes de energia renováveis e de eficiência energética, tornando-os mais atrativos para os investidores e, por conseguinte, melhorando as possibilidades de implementação.⁷



Para obter uma visão geral básica do desempenho do projeto, devem abordar-se três níveis da implementação do projeto, conforme apresentado na seguinte tabela:

⁷ Imagem extraída de <http://freshspectrum.com>

9. PASSO 6 - ACOMPANHAMENTO

IMPACTO	Quais os parâmetros a acompanhar	A quem reportar os resultados	Critérios de avaliação
Nível estratégico	- Aumentar o número de projetos de FER e EE desenvolvidos e implementados - Melhorias em termos de documentos estratégicos, por exemplo, PAES ou Planos de Ação Local - Potencialidades identificadas para grandes projetos de FER e EE que podem tornar-se um importante fator de desenvolvimento no futuro para o ambiente - Boa resposta de investidores privados	- Autoridades políticas - Grupos de interesse relevantes - Grupos de peritos a nível regional/nacional que trabalham no ramo da energia e em setores relacionados com a energia - Imprensa e ONG relevante ou outros grupos de interesse	Número de novos projetos de FER e EE Alterações no PAES ou em documentos estratégicos relevantes equivalentes. Interesse concreto expressado por investidores privados.
Nível tecnológico	- Diminuição dos custos de energia para uma utilização diferente - Benefícios oportunistas resultantes de projetos implementados, por exemplo, menos emissões, menos manutenção e custos de manutenção inferiores - Eficácia comprovada da produção e distribuição de energia - Utilização de produtos residuais para a produção de energia, ciclos fechados de produção	- Peritos em tecnologia e Institutos de Pesquisa - Stakeholders interessados e envolvidos - Imprensa e ONG relevante ou outros grupos de interesse	Poupanças em matéria de custos energéticos Poupanças noutras áreas após a implementação do projeto Redução das emissões
Nível socioeconómico	- Arranque de negócios a nível local - Empregos ecológicos - Estabelecimento de cadeias de valor acrescentado locais (ou a um nível mais alargado) - Maior sensibilização das pessoas sobre os projetos de FER e EE enquanto contribuição para o bem-estar da comunidade	- Stakeholders interessados e envolvidos - Imprensa e ONG relevante ou outros grupos de interesse	Número de negócios ou outras atividades relacionados com negócios iniciadas como resultado da implementação do projeto

9. PASSO 6 - ACOMPANHAMENTO

A seleção de um método de avaliação está fortemente relacionada com os objetivos e critérios de desempenho definidos para os resultados do projeto, e é uma parte do processo elaborada nos passos 2, 3 e 4. Devido aos diferentes ambientes e circunstâncias em que os projetos de fundos de energia renováveis e eficiência energética são implementados e à complexidade dos projetos, um dos métodos de avaliação ou análise, mais abrangente, lógico e fácil de implementar, é o método PESTAL.



Figura 34 - O plano de sustentabilidade na cidade de Freiburg (Alemanha) demonstrou ser uma das práticas mais bem-sucedidas na Europa.

9.2. Método PESTAL

As letras que formam a sigla PESTAL significam o seguinte: o “P” remete para o aspeto Político, o “E” remete para o aspeto Económico, o “S” para o aspeto Social, o “T” para o aspeto Tecnológico, o “A” para o aspeto Ambiental e o “L” para o aspeto Legal¹ do ambiente em que os projetos são desenvolvidos e implementados. Proporciona uma visão de conjunto de todo o ambiente, a partir de muitos ângulos diferentes, a quem quer verificar e avaliar ou analisar o potencial aquando da avaliação ou averiguação de uma ideia.

É extremamente importante compreender a plena profundidade de cada uma das letras da sigla PESTAL, como abaixo indicado:

1.Fatores políticos: Estes fatores determinam em que medida uma política pode influenciar o desenvolvimento e/ou implementação de um projeto. Por exemplo, alguns projetos só podem ser desenvolvidos e implementados com o apoio de estruturas políticas, pelo que é fundamental compreender o que motiva a concessão de apoio político. As autoridades locais (ou hierarquicamente superiores) podem contribuir para a implementação com diferentes incentivos, financeiramente ou com recursos em espécie ou podem ser um parceiro público numa parceria público-privada. Ver igualmente o Passo 5.

2.Fatores económicos: Estes fatores são determinantes para o desempenho do projeto e têm um impacto direto sobre a parceria do projeto, podem significar a diferença entre o sucesso ou o fracasso do mesmo. Por exemplo, o aspeto económico da implementação da instalação de um painel solar no telhado de uma escola pode ser avaliado numa simples redução de custos (se for o caso, em termos fiscais), mas pode também referir-se a uma valiosa “ferramenta” de aprendizagem, ao aumento da sensibilização quanto à capacidade da escola para contribuir para o ambiente local com práticas tecnológicas, sociais e ambientais que contribuem para o bem-estar da comunidade. Estes efeitos podem, por vezes, ser difíceis de avaliar ou calcular, pelo que não se pode considerar que todos os projetos podem ser objeto de uma simples análise da relação custo-benefício. Ver Passos 1 e 2.

9. PASSO 6 - ACOMPANHAMENTO

Fatores sociais: Estes fatores examinam minuciosamente o ambiente social e avaliam simplesmente as mudanças reais, previstas e esperadas no ambiente social, como, por exemplo, alterações comportamentais por parte dos cidadãos no que se refere à eficiência energética, mas também tendências que podem ocorrer a nível empresarial, como, por exemplo, rótulos ecológicos, investimento em IDT a título de apoio ao desenvolvimento tecnológico. Os aspetos económicos e sociais do método PESTAL são dois dos pilares mais interligados do método e apoiam a tese de que os projetos de fontes de energias renováveis e eficiência energética devem ser considerados como medidas horizontais em prol do desenvolvimento socioeconómico.

3.

Fonte: adotado e ajustado segundo <http://pestleanalysis.com>

9. PASSO 6 - ACOMPANHAMENTO

4.Fatores tecnológicos: Estes fatores referem-se a inovações tecnológicas que permitem poupanças ou uma melhor utilização em todos os aspetos: poupanças em termos de tempo, de custo de investimento, de manutenção e de potencial redução de custos, de geração de novas oportunidades e de benefícios para futuras parcerias em termos de projeto.

5.Fatores legais: Os aspetos legais e administrativos da implementação de um projeto são, muitas vezes, negligenciados, mal planeados e, frequentemente, não há alternativas para a implementação do projeto – embora o enquadramento jurídico existente impeça a implementação de um bom projeto. As alterações a nível dos procedimentos administrativos e legais frequentemente demoram muito tempo e podem representar um importante obstáculo não só para os investidores privados, mas também para os investidores públicos. A análise dos últimos avanços do ambiente legal/administrativo é, por vezes, o aspeto mais importante do processo de implementação de um projeto de fontes de energia renováveis ou eficiência energética.

6.Fatores ambientais: os impactes ambientais podem dividir-se em impactes diretos e impactes indiretos. Os impactes diretos representam mudanças imediatas, por exemplo, em termos de emissões aquando da passagem de instalações de aquecimento à base de petróleo para um sistema de biomassa moderno, e são em grande parte positivos desde que se refiram a resultados diretos do projeto de fontes de energia renováveis ou eficiência energética. Por sua vez, os efeitos indiretos podem ser positivos ou negativos. No caso mencionado, todos os aspetos ambientais podem ser positivos se a biomassa for colhida, transportada e transformada de maneira que o valor energético seja suficiente, através de uma abordagem amiga do ambiente; por exemplo, a biomassa é gerada a partir de áreas públicas e de florestas geridas de forma sustentável. Também pode dar-se o caso de tratar-se de biomassa de má qualidade, o que suscita um funcionamento não otimizado do sistema, provocando um colapso do cálculo económico e uma diminuição do impacto tecnológico. Esta avaliação está fortemente associada ao aspeto tecnológico, uma vez que o ciclo completo de emissão raramente é abordado.

10 PASSO 7 - AUMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO: PROMOÇÃO,

Basear-se no seu sucesso

10.1. O aumento da sensibilização também apresenta oportunidades

O aumento da sensibilização pode, de um modo geral, abranger um vastíssimo leque de atividades: tudo o que envolve o facto de as pessoas compreenderem, aprenderem ou fazerem algo novo, perspetivarem o futuro, descobrirem como mudar algo nas suas vidas ou falarem com terceiros sobre o que têm. Eventos aparatosos e animados que deem nas vistas e sejam publicitados funcionarão nalguns locais e para determinadas pessoas, enquanto noutros locais poderá ser mais apropriado optar por uma abordagem mais calma – encetar conversas com grupos existentes e, talvez, apoiar o seu trabalho.

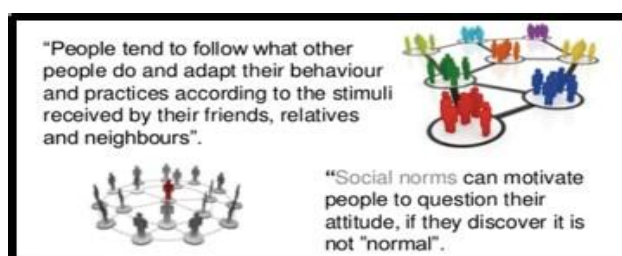


Figura 35 - Aumento da sensibilização pode, de um modo geral, abrang

O aumento da sensibilização, embora apresentado como um pilar individual do projeto Green Partnerships, é uma atividade que pode ser implementada em cada passo da abordagem e pode servir diferentes finalidades dependendo do passo e do grupo-alvo que se está a abordar. A fim de tirar pleno partido das atividades que visam aumentar a sensibilização, existem algumas tarefas-chave no desenvolvimento do plano de fomento da sensibilização, que incluem:

- Definir o grupo-alvo para esforços de *marketing* (clientes, parceiros comerciais, crianças, empresas, etc.).
- Determinar que canais de comunicação serão utilizados para comunicar a informação relativa ao programa de eficiência energética para cada grupo-alvo (*e-mail* direto, *workshops*, eventos, *site*, conferências de imprensa e diferentes apresentações nos meios de comunicação)
- Desenvolver mensagens de *marketing* que serão eficazes para cada grupo-alvo.
- Estimar um orçamento para atividades de *marketing*.



Fotografia 36 - O envolvimento de vastos grupos de partes interessadas através da implementação de medidas simples em edifícios públicos: Maribor e Espanha (fotografia: Veronika Valentar, Virginia Domingo Reig)

10 PASSO 7 - AUMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO: PROMOÇÃO,

Podem utilizar-se diferentes ferramentas para implementar diferentes atividades para o aumento da sensibilização e a sua aplicação depende do efeito desejado em consonância com o grupo-alvo específico. Podem destinar-se a informar, educar, testar/recolher respostas ou procurar sugestões. A esse respeito, existem diversos canais de comunicação diferentes que podem ser utilizados.

10.2. Ferramentas de divulgação para atividades com vista ao aumento da sensibilização

As ferramentas mais comumente utilizadas são apresentadas no capítulo seguinte com uma breve explicação do seu valor de utilização.

Uma **Brochura** é um *flyer*, panfleto ou folheto utilizado para divulgar informações sobre algo. As brochuras são peças publicitárias principalmente utilizadas para apresentar, a um público-alvo, uma organização e informar sobre produtos e/ou serviços. Uma boa brochura deve ter um aspeto atrativo e ser de fácil leitura. A brochura não deve ficar demasiado cheia de conteúdos.

E-mails – Constituem uma forma direta de comunicação. Permitem-lhe enviar mensagens com um determinado objetivo. Podem ser utilizados para recolher perguntas, ideias e sugestões adicionais. As mensagens de *e-mail* devem ser pertinentes e interessantes. Não escreva uma mensagem de *e-mail* demasiado extensa – procure ir diretamente ao que interessa. Se possível, utilize gráficos e/ou cores. Não sobrecarregue os destinatários com demasiadas mensagens, pois isso poderá suscitar uma reação negativa.

O aumento da sensibilização, apesar de ser apresentado como um pilar individual do projeto Green Partnerships, é uma atividade que pode ser implementada em todos os passos da abordagem e que pode servir diferentes finalidades, dependendo do passo e do grupo-alvo abordado. A fim de tirar pleno partido das atividades que visam aumentar a sensibilização, existem algumas tarefas-chave no desenvolvimento do plano de fomento da sensibilização, que incluem:

- Definir o grupo-alvo para esforços de *marketing* (clientes, parceiros comerciais, crianças, empresas, etc.).
- Determinar que canais de comunicação serão utilizados para comunicar a informação relativa ao programa de eficiência energética para cada grupo-alvo (*e-mail* direto, *workshops*, eventos, *site*, conferências de imprensa e diferentes apresentações nos meios de comunicação).
- Desenvolver mensagens de *marketing* que serão eficazes para cada grupo-alvo.
- Estimar um orçamento para atividades de *marketing*.

Cartazes - Estes relembram às pessoas que devem poupar a energia, mas devem ser renovados em intervalos regulares. Os cartazes podem conter diferentes tipos de mensagens: notícias, perguntas e indicações. Deve focar-se numa questão diferente para cada cartaz e utilizar imagens distintas. A mensagem deve ser breve para que a letra possa ser em negrito e grande e, por conseguinte, visível à distância.

Autocolantes - Incentivam as pessoas a pensar sobre a poupança energética no ponto de utilização. Os autocolantes podem ser utilizados tendo como alvo diferentes equipamentos ou indivíduos. Pode utilizar os autocolantes no ponto de utilização, ou no equipamento ou nas imediações, como fotocopiadoras, impressoras, computadores, interruptores de luz e máquinas. Pode rotular o equipamento com cores. O vermelho pode significar “desligar após a utilização” e o verde pode significar “pode ficar ligado”, por exemplo. Pode rotular os interruptores das luzes que devem ser apagadas em primeiro lugar – geralmente, as colunas de luz ao lado das janelas. Pode rotular o equipamento que consome uma grande quantidade de energia.

Avisos - Utilize uma parte de um quadro de avisos existente ou crie um dedicado à poupança energética ou para informar os funcionários sobre como a campanha está a decorrer. Coloque o aviso onde todos o possam ver. Foque-se nas suas comunicações. Concentre-se numa ou duas

10 PASSO 7 - AUMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO: PROMOÇÃO,

questões de cada vez e altere-as regularmente para manter o interesse. Utilize imagens, tais como fotografias, desenhos ou gráficos de consumo energético.

10 PASSO 7 - AUMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO: PROMOÇÃO,

Boletins informativos (*newletters*)- Incluem notícias, artigos de opinião e de fundo sobre tópicos de interesse para um público-alvo. Servem para fazer divulgações, sempre que necessário, informar as pessoas e relatar histórias ou eventos de sucesso e, se possível, incluem fotografias das pessoas envolvidas. Pense no público da publicação. Faça do aumento da sensibilização sobre a energia uma característica regular. A utilização dos boletins informativos para fins de promoção é importante porque pode chegar a pessoas e públicos específicos que são importantes para a sua organização e comunicar com eles de uma forma eficaz e altamente eficiente.

Apresentações, conferências e *workshops* - Uma apresentação dedicada, uma conferência ou um *workshop* sobre poupança energética é uma oportunidade ideal para fazer passar a mensagem. As apresentações, conferências ou *work-shops* são um fórum ideal para uma comunicação cara-a-cara. Pode fazer uma exposição e responder a perguntas, sublinhar o impacto da poupança energética e proporcionar aconselhamento sobre como consegui-lo. Também proporcionam uma oportunidade para falar sobre progressos e facultar informações sobre o consumo energético, recolher sugestões e respostas junto do público-alvo.

De boca em boca - Constitui qualquer comunicação aparentemente informal sobre o produto por pessoas comuns, clientes satisfeitos ou pessoas especificamente contratadas para passar a palavra. Gera mensagens para estimular o interesse e fazer com que as pessoas falem. O boca a boca é, muitas vezes, o método mais poderoso de comunicação. Mensagens bem-sucedidas são aquelas que fornecem informações e levam as pessoas a falar sobre o assunto.

Materiais promocionais - Incluem mensagens sobre materiais promocionais, tais como agendas, calendários, cartões de boas-festas, folhetos, brochuras e tapetes para rato de computador. Se possível, acrescente mensagens sobre poupança energética no *site* da sua organização ou crie páginas *Web* dedicadas sobre o programa. Faça com que as pessoas estejam cientes dos seus feitos em termos de poupança energética – é uma boa mensagem de *marketing* que pode ajudar a melhorar a imagem da sua organização.

Concursos - Ao oferecer prémios atrativos, pode motivar as pessoas e aumentar a sua sensibilização sobre a eficiência energética. Os concursos constituem igualmente uma excelente maneira de levar as pessoas a participar na poupança energética. Eis algumas ideias para concursos: conceber um cartaz, preparar um questionário sobre a energia, criar um *slogan* sendo que o melhor ganha, pintar um quadro ou tirar uma fotografia. Dependendo do tipo de concurso, pode chegar às pessoas em geral ou às crianças. Pedir às crianças que concebiam um cartaz sobre a poupança energética é uma boa maneira de personalizar a questão.

Comunicado de imprensa - É um resumo breve escrito ou uma notícia atualizada, que informa os meios de comunicação locais sobre as notícias e atividades do seu grupo. Os comunicados de imprensa são semelhantes a artigos de notícia, visto que informam o público, mas são geralmente elaborados tendo como destinatários as pessoas que trabalham em domínios especializados. Os comunicados de imprensa são criados para apresentar um evento próximo ou informar o público sobre algo que já ocorreu e são redigidos de forma clara e concisa para transmitir facilmente e rapidamente a sua mensagem ao leitor. O seu comunicado de imprensa ajudará o seu grupo de diversas maneiras. Pode:

- Anunciar um evento, uma calendarização, um estudo, uma campanha ou um *workshop*.
- Dizer às pessoas por que razão este desenvolvimento é notícia
- Mostrar a sua perspetiva sobre o desenvolvimento
- Aumentar a visibilidade dos seus líderes (se forem citados no comunicado)
- Lembrar às pessoas o que o seu grupo faz e quão ativo é no seio da comunidade
- Permite-lhe realçar ou resumir um relatório.

10 PASSO 7 - AUMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO: PROMOÇÃO,

Conferências de imprensa - é uma ferramenta concebida para gerar notícias – em particular, notícias irrefutáveis que podem promover a causa da sua organização. Uma notícia irrefutável define-se como uma história, divulgada nos meios de comunicação impressos ou eletrónicos, que é oportuna e significativa. Uma conferência de imprensa é uma técnica de comunicação adicional, para ocasiões especiais, quando pretende realmente causar sensação. Pode facultar mais informações do que num comunicado de imprensa. Uma conferência de imprensa é interativa; pode responder a perguntas colocadas pela imprensa e enfatizar aspetos que, de outro modo, não teria a possibilidade de realçar. Pode anunciar um desenvolvimento importante e explicar as suas implicações significativas a nível local e a um nível mais vasto. Pode, muitas vezes, gerar o tipo de notícia ou publicidade – um *spot* no noticiário das 06:00 na televisão, por exemplo – para o qual, de outro modo, teria de dispensar um montante avultado.

Um **evento nos meios de comunicação ou público** é um evento ou uma atividade que existe com o único propósito de publicidade nos meios de comunicação. Pode também incluir qualquer evento que é coberto pelos meios de comunicação ou que foi apresentado amplamente pelos meios de comunicação pretendidos. Os eventos cobertos pelos meios de comunicação podem centrar-se na divulgação de notícias, num aniversário corporativo, numa conferência de imprensa em resposta a um evento de maiores dimensões coberto pelos meios de comunicação, ou eventos planeados, como por exemplo os discursos.

Vídeo - Quando utiliza um vídeo no seu *site* dispõe de uma ferramenta poderosa que pode aumentar a popularidade das suas páginas *Web*. Se pretende ganhar dinheiro, partilhar os seus conhecimentos ou aumentar o número de visualizações da sua página, pode utilizar um vídeo para criar um *site* dinâmico que atraia e fidelize os visitantes. Há muitas maneiras de usar um vídeo para educar as pessoas sobre como utilizar a sua informação. Também pode recorrer a um vídeo para transformar um *site* estático num destino dinâmico e interativo.

Uma estratégia de campanha eficaz para aumentar a sensibilização utilizará uma variedade de diferentes abordagens e técnicas de comunicação para garantir que a mensagem central seja recebida e entendida por um público diversificado.

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

O seguinte anexo destina-se a proporcionar uma visão geral da área básica de experiência e *know-how* necessário para enfrentar com sucesso a implementação de um projeto de fontes de energia renováveis ou eficiência energética em ambientes locais. Os princípios e métodos apresentados foram utilizados, testados e atualizados no processo de implementação do projeto Green Partnerships e apresentam uma visão geral do conjunto de *know-how*, experiência e competências dos parceiros do projeto. Não apresentam uma lista exaustiva ou um nível académico de apresentação de conteúdos; destinam-se a proporcionar uma visão geral básica com referências a fontes adicionais de informação sobre um tópico específico. São todos sustentados por *links* relevantes para ajudá-lo a atualizar o seu *know-how* e entendimento da área e ser capaz de elaborar a maioria dos materiais.

Todos os materiais de formação seguem as mesmas orientações que cobrem os seguintes destaques dos cursos de formação:

- Público-alvo
- Objetivos de aprendizagem
- Conhecimentos/Habilidades/Competências a abordar
- Duração
- Conteúdos do Curso
- Materiais de formação
- Abordagem/métodos e ferramentas de formação
- Instalações/infraestrutura
- Perfil dos formadores
- Atividades de formação de formadores
- Avaliação – Relatórios

Sensibilização

A luta contra as alterações climáticas é um desafio que, para ser devidamente abordado, requer uma revolução tecnológica, social e cultural. A necessidade de enfrentar o aquecimento global não pode ser separada da tentativa de utilizar mais fontes de energia renováveis e, por conseguinte, devem encontrar-se soluções para ambos os problemas – que estão interligados. O âmbito de intervenção a nível local é amplo e os atores locais devem assumir a sua parte de responsabilidade na luta contra as alterações climáticas. As cidades e municípios devem ter os instrumentos necessários à sua disposição, pelo que se deve promover uma maior visibilidade e reconhecimento dos serviços das agências de energia.

- Informação
- Comunicação
- Educação
- Fazer mais com menos
- Mudança comportamentos

A eficiência energética nas organizações reduz os custos, melhora a competitividade e ajuda a salvaguardar lucros e postos de trabalho.

Antes de escolher a ferramenta adequada, deve definir-se o grupo-alvo. Todas as pessoas estão ligadas à utilização de energia, mas, geralmente, são definidos os seguintes grupos-alvo

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

:

- Crianças
- Estudantes
- Cidadãos
- Agregados familiares
- Empresas (escritórios, serviços, indústrias, etc.)
- Passageiros (utilizadores de automóveis, ciclistas, etc.)
- Idosos
- Setor público

Para mais informações:

http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Awareness.pdf

Envolvimento de Stakeholders

Em primeiro lugar, quando se trata de política pública, os stakeholders dividem-se em grupos extremamente heterogéneos (público em geral, comércio e indústria, instituições, etc.), os quais são difíceis de definir. Em segundo lugar, uma mudança de comportamento significa uma “alteração dos hábitos”, o que implica que deve haver algo nisso para cada parte interessada (individual ou coletiva), quer em termos de mudanças práticas (“é mais simples”), financeiras (“é mais barato”) ou interpessoais (“mudou a minha relação com os outros/o meu lugar na sociedade”) ou em termos de valores (“faz sentido para mim”).

1

- Que envolvimento é esperado? Definir a mudança

2

- Quem controla? Clarificar o propulsor, o seu mandato e recursos

3

- Que partes interessadas devem ser envolvidas? Fazer uma lista dos alvos e ouvir a sua posição

4

- Quão maduras são as metas? Adaptá-las à diversidade das metas

5

- Quais são as ferramentas relevantes? Escolher a ferramenta certa da caixa de ferramentas

6

- Qual é a estratégia de comunicação? Adaptar as mensagens à diversidade das metas

7

- Qual é o resultado? Avaliar e medir a mudança alcançada

Para mais informações: http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Stakeholders.pdf

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

Financiamento

O financiamento para melhorar as medidas de eficiência energética emerge como um dos pontos-chave para os municípios. Uma decisão política formal sobre o enquadramento financeiro multianual da União Europeia foi alcançada no Conselho da União Europeia a 2 de dezembro de 2013. A maioria dos fundos horizontais da União Europeia, relevantes para a Eficiência Energética e para as Fontes de Energia Renováveis, como o Horizon 2020 e LIFE, foi adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu e os primeiros convites à apresentação de propostas estão a ser publicados. No entanto, no início de 2014, os Documentos de Programação Comum sobre Fundos Estruturais ainda não estavam assinados entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros individuais. Por esta razão, este documento deve ser considerado, por um lado, oportuno, mas, por outro, não prescritivo para o leitor.

As principais possibilidades de financiamento que podem ser tidas em conta são:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)
- Fundo Social Europeu (FSE)
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)
- INTERREG EUROPE
- FUNDOS DE COESÃO
- Horizon 2020
- O Programa LIFE
- EUROPEAID
- Assistência Europeia à Energia Local – ELENA
- Fundo Europeu de Eficiência Energética (FEEE)
- JOINT EUROPEAN SUPPORT FOR SUSTAINABLE INVESTMENT in City Areas – JESSICA
- Financiamento Coletivo (CROWD FUNDING)

Para mais informações: http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Funding.pdf

Legislação

A União Europeia tem três metas, em termos climáticos e energéticos, a atingir antes de 2020: uma redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa, 20% de energia proveniente de fontes renováveis e um aumento de 20% da eficiência energética. Se, até 2020, estas metas não forem cumpridas, será extremamente difícil e dispendioso alcançar um sistema de energia sustentável, seguro e acessível, mas devido ao aumento do impacto das alterações climáticas, a Comissão Europeia publicou a comunicação "Climate Proofing for Resilient Infrastructure" no enquadramento das Estratégias de Adaptação da UE às Alterações Climáticas para preencher a lacuna.

Neste capítulo, além da melhor legislação a nível europeu, foram consideradas e identificadas para cada país que integra o projeto de Green Partnership, as principais orientações que devem ser seguidas e tidas em conta.

Para mais informações: http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Legislation.pdf

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

Biomassa

O desenvolvimento sustentável é, cada vez, mais uma prioridade em muitas comunidades e um dos seus principais elementos está relacionado com a produção de energia a partir de fontes adequadas em termos ambientais. Neste sentido, a bioenergia, como energia obtida a partir de biomassa, apresenta-se como uma das alternativas mais populares aos combustíveis fósseis, com condições para ser uma solução eficaz para as questões ambientais e energéticas atuais. De facto, a biomassa é a única fonte de energia renovável (se for utilizada de forma sustentável) que pode ser convertida em combustível gasoso, líquido ou sólido através de tecnologias conhecidas para a conversão.

Atualmente, podemos utilizar a energia produzida a partir da biomassa em várias aplicações, desde aquecimento e produção de eletricidade ao fornecimento de combustível para o setor dos transportes. Por conseguinte, a bioenergia tem, potencialmente, a capacidade de oferecer apoio a um desenvolvimento estrutural sustentável em áreas rurais.

Biomassa é um termo utilizado para descrever todos os materiais orgânicos contemporâneos (não fósseis) que surgem a partir da conversão da luz solar através de fotossíntese, incluindo resíduos agrícolas e florestais, culturas energéticas e resíduos orgânicos provenientes de atividades industriais e domésticas.

- **Perspetivas estratégias e económicas**
- **Biomassa para aquecimento, arrefecimento e produção de eletricidade**
 - o **Biomassa sólida**
 - o **Produção de biogás**
- **Passos Decisivos para o Aquecimento através de Biomassa**
- **Disponibilidade da biomassa**
- **Biocombustíveis**
- **Disponibilidade da biomassa nos países envolvidos**

Para mais informações: http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Biomass.pdf

Eficiência Energética em Edifícios

A utilização eficiente de energia, por vezes simplesmente designada por eficiência energética, tem por objetivo reduzir a quantidade de energia requerida para fornecer produtos e serviços. Por exemplo, o isolamento de um edifício permite utilizar menos energia para aquecimento e arrefecimento para atingir e manter uma temperatura agradável. As melhorias em termos de eficiência energética são geralmente alcançadas através da adoção de uma tecnologia ou de procedimentos de produção mais eficientes ou através da aplicação de métodos comumente aceites para reduzir as perdas de energia. A Eficiência Energética nos edifícios públicos é necessária: para reduzir as emissões de CO₂ para a atmosfera, para poupar dinheiro através de uma utilização mais eficiente das instalações e dos equipamentos ou através da utilização de melhores equipamentos. Ao utilizar-se a energia de forma mais eficiente, é também possível alcançar um ambiente de trabalho mais confortável e é uma maneira de identificar claramente todos os custos de energia.

Principais tópicos a ter em consideração:

- **Enquadramento Jurídico**
- **Desempenho Energético Interior e Exterior dos edifícios públicos**
- **Gestão da energia nos edifícios públicos**
- **Auditorias energéticas e Certificação Energética dos edifícios públicos**

Para mais informações: http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Legislation.pdf

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

Iluminação pública

Os custos das instalações de iluminação pública (IP) representam um peso importante nas despesas atuais dos municípios (cerca de 40-60% do total dos custos de energia). Por conseguinte, é imperativo que os Municípios, enquanto entidades públicas locais e representantes das entidades participantes que consomem energia, adotem e implementem medidas que conduzam a uma melhoria do desempenho energético da IP (e, por conseguinte, a uma redução dos custos). Existem várias opções que devem ser consideradas quando se discute a eficiência energética em termos de IP, em particular as principais medidas que podem ser implementadas, especialmente no que diz respeito às soluções e tecnologias disponíveis no mercado.

Assim, para uma instalação de IP energeticamente eficiente, devemos ter em consideração as diferentes opções disponíveis e averiguar qual a melhor solução (tecnologia) que melhor se adapta ao contexto atual de cada situação.

Para a situação e intensidade de tráfego de um determinado projeto são selecionados diferentes tipos de iluminação: a classe é escolhida em função da complexidade da disposição, do controlo do trânsito, da separação de diferentes tipos de utilizadores e outros parâmetros específicos.

As principais tecnologias a considerar em IP:

- **LED**
- **Sistemas de regulação do fluxo luminoso (SRF)**
- **Sistemas de gestão remota**
- **FER para Iluminação pública**

Para mais informações: http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_PublicLighting2.pdf

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

Energia solar

O sol é uma fonte de energia renovável globalmente acessível; quando utilizada corretamente e em combinação com a tecnologia envolvente pode proporcionar uma solução definitiva aos problemas de dependência energética.

- O Grupo de Trabalho de Peritos sobre Energia Solar desenvolveu material formativo que visa dotar as autoridades locais de conhecimento básico sobre tecnologias de energia solar, motivá-las a apresentarem boas práticas e facultar-lhes links para informações adicionais, guias práticos, acesso à legislação, exemplos atuais ou casos de boas práticas em aplicações relevantes no setor público em toda a Europa.

O guia apresenta tecnologias/soluções alternativas que podem ser aplicáveis aos PAES locais, incluindo princípios básicos, benefícios e riscos, considerações económicas e técnicas que podem afetar o processo de tomada de decisão.

O material de formação está dividido em sete capítulos:

1. Energia Solar – Conceitos básicos
2. Aquecimento/arrefecimento de ambientes e Aquecimento de água (sistemas solares térmicos)
3. Produção de eletricidade – Energia Solar Fotovoltaica
4. Tratamento de águas através do uso da energia solar
5. Energia solar nos transportes
6. Desenvolvimentos recentes (armazenamento de energia, redes inteligentes)
7. Casos de Estudo de Energia Solar:
 - i. Energia solar nos transportes. Uma cidade mais limpa: autocarros elétricos em Viena - Áustria
 - ii. Instalação solar em Escola do Ensino Básico - Croácia
 - iii. Unidade de produção de energia sustentável através da instalação de painéis fotovoltaicos no telhado do edifício dos Paços do Concelho de Agios Basileios, em Rethymno, Creta - Grécia
 - iv. Redes de Aquecimento a energia solar através do armazenamento de energia térmica sazonal em Ackermannbogen, Schwabing, Munique
 - v. Edifício Solar XXI – Energia solar passiva e ativa - Portugal
 - vi. Sistemas fotovoltaicos em edifícios públicos, escolas e campos militares - Chipre

ANEXO 1: MATERIAIS DE FORMAÇÃO

Para mais informações:
http://www.greenpartnerships.eu/wp/wp-content/uploads/Green_Partnerships_EWG_Solar.pdf

ANEXO 2: MODELO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

O que deve incluir um bom contrato?

O contrato deve basear-se nos princípios básicos das Diretivas europeias e nos definidos nas regulamentações em matéria de contratação pública de cada país.

O contrato deve definir de forma clara e detalhada:

- A necessidade de contratação
- O objeto do contrato
- Aspetos ou condições técnicas para assegurar o desenvolvimento das tarefas:

a. Obras/instalações: em primeiro lugar, é necessária a redação do projeto das obras ou da instalação a desenvolver por um profissional qualificado. Em seguida, o projeto deve ser aprovado pela administração que promove o recrutamento de tais obras/instalações.

b. Serviços: o documento das especificações técnicas do contrato deve descrever, de forma detalhada, as tarefas a desenvolver, a metodologia a seguir e os prazos e calendários a cumprir, etc. Esses aspetos podem determinar um melhor ou pior preço do serviço oferecido pelo proponente.

c. Fornecimentos: o documento das especificações técnicas do contrato deve descrever, de forma detalhada, as características do produto a ser fornecido, o que também irá determinar o preço proposto pelo proponente.

O contrato também deve:

- Regular as obrigações de cada parte, das instituições públicas contratantes e dos fornecedores, e definir os mecanismos para sancionar incumprimentos.
- Definir os critérios de avaliação que permitirão obter a oferta mais vantajosa desde o ponto de vista do preço, qualidade do serviço/fornecimento/obras, ou ambos os aspetos. Estes critérios devem estar associados ao objeto do contrato e às condições detalhadas no documento das especificações técnicas, ou ao preço da proposta. Esses critérios permitirão avaliar como melhorar o que foi definido no documento das especificações e que deve ser garantido como o mínimo.

O que considerar do ponto de vista das responsabilidades municipais?

O Presidente da Câmara, representante máximo institucional, é responsável pela autorização e aprovação da celebração dos contratos.

A nível técnico, é necessário que haja uma pessoa ou uma equipa responsável pela preparação do documento das especificações técnicas e, assim que o contrato estiver assinado, esta pessoa ou equipa será responsável por acompanhar o seu desenvolvimento.

Durante a preparação, aprovação e contrato de publicidade é aconselhável utilizar ferramentas de TIC para agilizar o processamento.

Portugal é um dos países da União Europeia com mais experiência no processamento eletrónico de contratos através da utilização de plataformas de TIC específicas.

ANEXO 2: MODELO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

O que considerar do ponto de vista do prestador de serviços?

- O acesso ao convite à apresentação de propostas e à documentação das especificações administrativas e técnicas, publicados no perfil do contratante da administração interessada em contratar.
- A objetividade dos critérios técnicos e de avaliação definidos no documento de especificações, que proporciona igualdade de oportunidades para as empresas nos setores relacionados com o objeto do contrato.
- Cumprimento, por parte da Autoridade Contratante, dos prazos de pagamento estabelecidos com o concorrente selecionado.
- Capacidade do fornecedor em cumprir as especificações técnicas e as melhorias propostas.

Exemplos de critérios de poupança energética e de eficiência energética incluídos nalguns contratos de serviços para a manutenção das instalações municipais em Granollers (Espanha):

A. Critérios gerais:

- Ecoeficiência de produtos, equipas e sistemas utilizados (lâmpadas, iluminação LED, tipos de sistemas de aquecimento e arrefecimento, etc.)
- Gestão ambiental de outros tópicos resultantes da manutenção: geração de resíduos perigosos no âmbito da reparação de avarias, substituição de equipamentos, emissões de gases com efeito de estufa gerados pelo transporte de materiais, ou deslocamento de pessoas em veículos motorizados, etc. Adoção dos princípios da política ambiental e dos procedimentos de gestão ambiental implementados nas atividades e edifícios da Câmara Municipal.

B. Critérios específicos:

- Iluminação pública: a telemetria do consumo de diferentes pontos e painéis de iluminação para seguir a evolução das poupanças energéticas em comparação com períodos anteriores, tendo em conta as ações de substituição de equipamentos de iluminação, a redução da energia contratada e o ajustamento do nível de iluminação, deteta consumos incidentes e melhora o tempo de resposta a avarias.
- Sistemas de aquecimento e arrefecimento: aplicação de critérios de otimização e de desempenho energético das instalações, através da instalação de computadores remotos que controlam a operação do sistema, tendo em consideração térmicas necessidades térmicas do edifício, as temperaturas internas e externas e o nível de conforto dos utilizadores.
- Instalações solares térmicas: critérios aplicados para melhorar a eficiência energética das instalações



Projet cofinancé par le Fonds Européen
de Développement Régional (FEDER)
Project cofinanced by the European Regional
Development Fund (ERDF)